



Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Acre 2018



Estado do Acre
Secretaria de Estado de
Meio Ambiente

Novo Acre 
Governos parceiros, povo empreendedor.

Plano Anual de Outorga Florestal do Acre – PAOF 2018

Rio Branco, AC
Junho de 2018

Governador

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves

Vice-Governadora

Maria Nazareth Mello de Araujo Lambert

Procuradoria Geral do Estado do Acre

Maria Lúdia Soares de Assis

Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN

Marcio Verissimo Carvalho Dantas

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Carlos Edgard de Deus

Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA
Diretoria Executiva de Floresta
Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade
Divisão de Concessão Florestal

Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Acre 2018

Rio Branco – AC
Junho de 2018

Ficha Catalográfica

Secretaria de Estado de Meio Ambiente- SEMA. Governo do Estado do Acre.

Plano Anual de Outorga Florestal do Acre – 2018. Rio Branco, 2018. 76 p.

Documento elaborado em decorrência do que dispõe a Lei de Gestão de Florestas Públicas, Capítulo IV – Do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF).

1. PAOF – Concessão Florestal. 2. Florestas Públicas - Acre. 3. Manejo Florestal - Acre 4. Outorga Florestal. 5. Unidades de Conservação – Acre

Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA
Diretoria Executiva de Floresta
Rua Benjamin Constant, 856 - Centro
CEP: 69.900-062 - Rio Branco - Acre - Brasil
Fone: (68) 3224- 8786/3224-3990
Fone/Fax: (68) 3223-2760
E-mail: sema@ac.gov.br

Coordenação Geral:

Carlos Edgard de Deus – Secretário de Estado de Meio Ambiente

João Paulo Santos Mastrangelo – Secretário Adjunto da SEMA

Marky Lowell Rodrigues de Brito – Diretor Executivo de Floresta

Sara Maria Viana Melo – Diretora Executiva de Meio Ambiente

Cristina Maria Batista de Lacerda – Chefe do Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade

Elaboração:

Ana Paula Falcão Freire – Engenheira Florestal – Divisão de Concessão Florestal

Marky Lowell Rodrigues de Brito – Engenheiro Florestal – Diretoria Executiva de Floresta

Sâmya Milena da S. Brandão Terra – Bióloga – Consultora

Revisão:

Luciana Priscilla Kador Fortes Medeiros – Engenheira Florestal – SEMA

Colaboração:

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Serviço Florestal Brasileiro – SFB

Tecman – Tecnologia e Manejo Florestal Ltda.

Lista de Siglas

AC – Acre
AMF – Área de Manejo Florestal
APA – Área de Preservação Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CFERG – Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório
FE – Floresta Estadual
FEA – Floresta Estadual do Antimary
FEM – Floresta Estadual do Mogno
FLONA – Floresta Nacional
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre
ITERACRE – Instituto de Terras do Acre
LGFP – Lei de Gestão de Florestas Públicas
PAE – Projeto de Agroextrativista
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável
PVC – Poli Cloreto de Vinila
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEDENS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre
SEF – Secretaria de Estado de Floresta
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC – Unidade de Conservação
UCEGEO – Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto
UGAI – Unidade de Gestão Ambiental Integrada
UMF – Unidade de Manejo Florestal
UPA – Unidade de Produção Anual
ZEE – Zoneamento Ecológico e Econômico

Sumário de Figuras

Figura 1. Distribuição das Florestas Públicas do Estado do Acre	17
Figura 2. Tipologias Florestais do Estado do Acre (ZEE, 2006)	18
Figura 3. Mapa de Acesso da Floresta Estadual do Antimary (SEDENS, 2012) ..	24
Figura 4. Tipos de solo na FEA (SEDENS, 2012)	25
Figura 5. Identificação da Bacia Hidrográfica (SEDENS, 2012)	26
Figura 6. Tipologias Florestais na FEA (SEDENS, 2012)	27
Figura 7. Mapa da Zona Populacional (SEDENS, 2012)	28
Figura 8. UGAI da FEA	29
Figura 9. Perfil das Habitações na FEA	30
Figura 10. Transporte da produção de castanha na FEA (SEDENS, 2012)	31
Figura 11. Mapa de Acesso da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013) ...	35
Figura 12. Tipos de Solos da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)	36
Figura 13. Identificação da Bacia Hidrográfica na FEM (SEDENS, 2013)	37
Figura 14. Tipologia Florestal da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)	38
Figura 15. Zona Populacional da FEM (SEDENS, 2013)	39
Figura 16. Distribuição das Escolas na FEM (SEDENS, 2013)	40
Figura 17. Posto de Saúde da FEM (SEDENS, 2013)	41
Figura 18. Perfil da maioria das habitações na FEM (SEDENS, 2013)	42
Figura 19. Mapa georreferenciado de acesso a Floresta Estadual do Rio Liberdade	46
Figura 20: Mapa de localização dos tipos de solos encontrados na FEL.....	47
Figura 21: Identificação da bacia e da rede hidrográfica da FEL	48
Figura 22: Caracterização da vegetação da FEL segundo o ZEE do Estado do Acre	49
Figura 23: Distribuição das escolas na FEL e no entorno	51
Figura 24: Escola Magia do Saber (acima), Escola de Ensino Fundamental Aurélio Pereira de Brito – Anexo II (Direita) e Escola Maurício Mares (Esquerda)	52
Figura 25: Posto de Saúde da FEL, localizado próximo ao rio Liberdade.....	53
Figura 26: Atendimento do Programa Saúde Itinerante	53
Figura 27: Casa construída a partir do Crédito Instalação do INCRA	54
Figura 28: Perfil das habitações que não acessaram o Crédito Instalação, na FEL	55
Figura 29. Produção comercializada pelos moradores da FEL	56
Figura 30: Produção agrícola comercializada	56
Figura 31: Mapa georreferenciado de acesso a FLORESTA ESTADUAL DO RIO GREGÓRIO	59
Figura 32: Mapa de localização dos tipos de solos encontrados na FEG.....	60
Figura 33: Identificação da bacia hidrográfica.....	61
Figura 34: Caracterização da vegetação da FEG segundo o ZEE do Estado do Acre	62

Figura 35: Distribuição das escolas na FEG	64
Figura 36: Escola Santa Terezinha-Anexo I (acima), Pedro Zumba da Silva (direita) e Escola Estadual 15 de Junho (esquerda), FEG	65
Figura 37: Nível de escolaridade dos moradores da FEG	65
Figura 38: Casa construída a partir do Crédito Instalação do INCRA	67
Figura 39: Perfil da maioria das habitações maioria na FEG	67
Figura 40. Produção comercializada	68
Figura 41. Animais criados e vendidos pelos moradores da FEG	69

Sumário de Tabelas

Tabela 1. Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre	16
Tabela 2. Unidades de Conservação de Proteção Integral	20
Tabela 3. Áreas de Uso Comunitário	21
Tabela 4. Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal em 2017	22
Tabela 5. Composição da renda familiar mensal na Floresta Estadual do Antimary, ano de 2012 (SEDENS, 2012)	32
Tabela 6. Renda Mensal Total das Unidades Familiares da FEA (SEDENS, 2012)(%)	33
Tabela 7. Composição da Renda Familiar Mensal, oriunda da produção na FE Mogno, ano base 2012	43
Tabela 8. Renda Total mensal das Unidades Familiares da FEM	44
Tabela 9: Classificação da vegetação encontrada na Floresta Estadual do Rio Gregório, segundo ZEE (Acre, 2006)	62
Tabela 10: Composição da Renda Familiar Mensal, oriunda da produção na FE Rio Gregório, ano base 2012	70
Tabela 11: Renda Total mensal das Unidades Familiares da FEG.....	70
Tabela 12. Tamanho das Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2017	72
Tabela 13. Ações e estimativa de recursos financeiros para 2017/2018	74

Sumário de Quadros

Quadro 1. Identificação da Propriedade	22
Quadro 2. Confrontantes e Limites da Floresta Estadual do Antimary	23
Quadro 3. Identificação da Propriedade	34
Quadro 4. Confrontantes E Limites Da Floresta Estadual Do Mogno	34
Quadro 5. Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)	39
Quadro 6: Identificação da Propriedade	44
Quadro 7: Confrontantes e limites da Floresta Estadual do Rio Liberdade	45
Quadro 8: Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Rio Liberdade	50
Quadro 9: Identificação da Propriedade	58
Quadro 10: Confrontantes e limites da Floresta Estadual do Rio Gregório	58
Quadro 11: Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Rio Gregório	63

Sumário

1. Introdução.....	12
1.1 Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF.....	13
1.2 Objetivos do PAOF.....	15
2. Florestas Públicas do Estado do Acre	15
2.1 Cadastro Estadual de Florestas Públicas	19
3. Metodologia de Seleção das Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal	19
3.1. 1ª Fase – Exclusão das Florestas Públicas com Restrições Legais ou Impedimentos no Estado do Acre	19
4. Descrição das Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal e ou Gestão direta em 2017	21
4.1 Floresta Estadual do Antimary	22
4.1.1 Limites e confrontantes	23
4.1.2 Localização e Acesso	23
4.1.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico	24
4.1.3.1 Solos	24
4.1.3.2 Hidrografia	25
4.1.3.3 Vegetação	26
4.1.4 Socioeconômico	27
4.1.5 Educação	28
4.1.6 Saúde	29
4.1.7 Benfeitorias	29
4.1.8 Produção	31
4.1.9 Renda	31
4.2 Floresta Estadual do Mogno	34
4.2.1 Limites e Confrontantes	34
4.2.2 Localização e Acesso	34
4.2.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico	35
4.2.3.1 Solos	35
4.2.3.2 Hidrografia	36
4.2.3.3 Vegetação	37
4.2.4 Socioeconômico	38
4.2.5 Educação	39
4.2.6 Saúde	41
4.2.7 Benfeitorias	42
4.2.8 Produção	42
4.2.9 Renda	43
4.3 Floresta Estadual do Rio Liberdade	44
4.3.1 Limites e Confrontantes	45
4.3.2 Localização e Acesso	45
4.3.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico	46

4.3.3.1 Solos	46
4.3.3.2 Hidrografia	47
4.3.3.3 Vegetação	48
4.3.4 Socioeconômico	49
4.3.5 Educação	49
4.3.6 Saúde	52
4.3.7 Benfeitorias	54
4.3.8 Produção	55
4.3.9 Renda	57
4.4 Floresta Estadual do Rio Gregório	58
4.4.1 Limites e confrontantes	58
4.4.2 Localização e Acesso	58
4.4.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico	59
4.4.3.1 Solos	59
4.4.3.2 Hidrografia	60
4.4.3.3 Vegetação	61
4.4.4 Socioeconômico	63
4.4.4.1 Educação	63
4.4.4.2 Saúde	66
4.4.4.3 Benfeitorias	66
4.4.4.4 Produção	68
4.4.4.5 Renda Familiar	69
4.5 Convergência com a Faixa de Fronteira	71
5 Mecanismos de Acessibilidade	71
6 Sistema de Monitoramento das Florestas Públicas Estaduais	72
7. Atividades e Recursos Previstos para 2017	73
7.1. Ações e recursos previstos para o período de vigência do PAOF 2017	73
8. Referências Bibliográficas	75

1. Introdução

A ocupação do Estado do Acre, ao longo da história, foi marcada por políticas e projetos que tipicamente beneficiaram determinados grupos políticos-empresariais, que não conseguiram viabilizar um modelo de desenvolvimento sustentável, que gerasse benefícios para todos.

Em 1999, o Governo do Estado deu início a uma notória política de desenvolvimento sustentável baseada em processos participativos construídos junto às comunidades tradicionais, buscando fortalecer as cadeias produtivas florestais. E definiu como principal instrumento de planejamento regional e ordenamento territorial o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE do Estado do Acre. Com base no conhecimento dos aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e culturais foi possível definir os projetos, os programas e as políticas públicas a serem implementadas no Estado.

Na mesma época, foi instituído em âmbito federal o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, através da Lei Federal nº 9.985/2000, definindo Florestas Públicas Estaduais como *“áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”*. As Florestas Estaduais foram incluídas na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, ou seja, que permite que a população residente ou interessada – por meio de concessão – utilize os recursos naturais de forma racional de acordo com as recomendações previstas no Plano de Manejo.

No intuito de disciplinar o uso das florestas, sem prejuízo da incidência das normas gerais, especialmente no tocante às Unidades de Conservação instituídas pelo Governo Federal, foi criada a Lei Estadual nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001, Lei Florestal do Estado do Acre. A referida Lei determina em seu art. 20, § 2º, que o uso dos recursos das Florestas Públicas de Produção poderá ser concedido sob o regime de concessão florestal, mas sob qualquer circunstância, a exploração deve resultar da aplicação de um plano de manejo aprovado e supervisionado pelos órgãos.

Contudo, a definição dos modelos de Gestão das Florestas Públicas a serem adotados no Brasil é recente, pois seu marco regulatório, a Lei Federal nº 11.284 - Lei de Gestão de Florestas Públicas, data de 02 de março de 2006. A Lei estabelece três formas possíveis de conduzir a gestão das florestas públicas: a destinação às comunidades locais, a gestão direta e a concessão florestal.

Diante do exposto, o presente documento faz parte das exigências da lei supracitada, referente à necessidade de elaboração de um Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF que estabeleça o planejamento prévio quanto às áreas prioritárias para concessão florestal, bem como

as diretrizes para que o órgão gestor da UC, a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA possa realizar o processo de licitação para a concessão dos recursos florestais a terceiros, dentre outros.

O principal objetivo do PAOF é um planejamento prévio das áreas prioritárias para a concessão florestal, no ano de 2017. Trata-se do Complexo de Florestas do Rio Gregório que compreende as Florestas Estaduais do Mogno, Gregório e Liberdade, localizadas no município de Tarauacá, além da Floresta Estadual do Antimary, localizada entre os municípios de Bujari e Sena Madureira. Priorizadas em virtude do potencial dos recursos florestais, dos investimentos públicos na região, da destinação das áreas no seu interior para as populações tradicionais ali residentes (excluídas dos lotes de concessão), da atuação do órgão gestor na área através de seu corpo técnico e outras condições favoráveis.

Esse documento segue o roteiro básico do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e tem o intuito de atender os requisitos estabelecidos pela legislação vigente no país.

A SEMA disponibilizará o Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Acre – 2017 na página eletrônica da SEMA (www.sema.ac.gov.br), para que o documento seja analisado pelos interessados e possa receber as contribuições e proposições a qualquer momento.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas dispõe que caso o PAOF não seja aprovado até 31 de julho do ano anterior, o Estado não poderá pleitear recursos da união para a implementação de ações nas florestas estaduais. Porém, os recursos orçamentários necessários para a Gestão das Florestas Estaduais já estão previstos na Lei Orçamentária Anual do Estado do Acre para os anos de 2017/2018. Ou seja, esse fato não inviabiliza as concessões no ano de 2017.

1.1 Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF

A Lei Federal nº 11.284/06, Lei de Gestão de Floresta Pública em seu art. 3º, inciso VII conceitua Concessão Florestal como a *“delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consorcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”*. Ou seja, designa como o instrumento legal adequado para propiciar o manejo de florestas públicas com critérios sociais e ambientais garantidos.

Para que a Concessão Florestal ocorra de forma transparente, quanto à viabilidade socioambiental e econômica das atividades de uso sustentável de produtos e serviços florestais, a lei prevê uma série de procedimentos a serem seguidos, tais como: a elaboração e aprovação dos planos de manejo, a destinação não onerosa às comunidades locais, a elaboração do Plano Anual

de Outorga Florestal, a realização de audiências públicas, a elaboração de editais e contratos, e outros.

Na esfera federal, o PAOF é um instrumento de gestão de florestas públicas instituído pela Lei nº 11.284/2006, com o objetivo de planejar a produção florestal sustentável por intermédio da concessão de florestas públicas para a exploração de recursos madeireiros, não madeireiros e de serviços.

Na esfera estadual, o PAOF é elaborado, aprovado e publicado pelo órgão gestor, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. A sua elaboração fundamenta-se em três marcos legais: a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, no Decreto Federal nº 6.063, de 20 de março de 2007, que o regulamenta e na Lei Estadual nº 1.426/2001, uma vez que o Estado ainda não dispõe de uma Lei Estadual de Gestão de Floresta Pública.

O PAOF do Estado do Acre é um documento de planejamento estratégico da SEMA, que visa subsidiar a elaboração dos editais de concessão florestal, no que se refere à gestão das florestas de domínio público do Estado. Este plano descreve as Florestas Estaduais que poderão ter Unidades de Manejo Florestal destinadas à concessão de uso dos produtos florestais.

Pela relevância e importância estratégica para a gestão integrada das florestas públicas, no PAOF são identificadas, primeiramente, as florestas públicas destinadas às comunidades. Tais como, as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamento Agroextrativistas. Nessas áreas, a destinação das florestas públicas é feita de forma não onerosa aos beneficiários.

As Terras Indígenas e as áreas ocupadas por comunidades locais ficam ainda excluídas dos processos de concessão, bem como as Unidades de Conservação de Proteção Integral.

São identificadas e descritas as demais florestas públicas passíveis de concessão florestal, integrantes ou não das unidades já protegidas por lei. Dentre essas, são apontadas aquelas consideradas como prioritárias para concessão. Pois, somente haverá concessão em florestas incluídas no PAOF. Porém, cabe ressaltar que a inclusão de uma floresta pública no PAOF não significa, necessariamente, que ela será objeto de licitação para fins de concessão naquele período.

No PAOF, são descritos os critérios de acessibilidade, destinados a garantir a equidade de oportunidades entre os empreendedores, de acordo com seu porte (pequenos, médios e grandes empreendimentos florestais) e o sistema de monitoramento das áreas. Além da avaliação da demanda por produtos florestais, das políticas públicas, dos programas e projetos para o setor florestal.

1.2 Objetivos do PAOF

O principal objetivo do presente documento é tornar público e participativo o processo de outorga florestal das Florestas Estaduais no Acre, conforme preconiza a Lei Federal nº 11.284/2006, de Gestão de Florestas Públicas, através do seguinte conteúdo:

- i. Identificação das Florestas Públicas Estaduais constantes no Cadastro Estadual de Florestas Públicas (em fase de elaboração) da SEMA;
- ii. Apresentação e Descrição das Florestas Estaduais passíveis de serem submetidas ao processo de Concessão Florestal, no período de janeiro a dezembro de 2017;
- iii. Planejamento das atividades e recursos previstos para a Concessão Florestal no Estado do Acre;
- iv. Apresentação do sistema de monitoramento das áreas e entorno;
- v. Apresentação do mercado de produtos florestais na região e das oportunidades de desenvolvimento social e econômico nos municípios-sede de concessões, visando a internalização de benefícios e a aplicação eficiente de instrumentos de políticas públicas.

2. Florestas Públicas do Estado do Acre

A Lei de Gestão de Florestas Públicas no art. 3º, inciso I define floresta pública como *“florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta”*.

No Estado do Acre as oportunidades, tendências e cenários para a gestão das florestas públicas, dependem de fatores que exercem influência direta, tais como: a estrutura fundiária; a disponibilidade e a distribuição espacial das áreas de florestas; a dinâmica de uso do solo; e, cenários de demanda pela matéria prima.

De acordo com os dados obtidos no ZEE/AC e órgãos gestores das Unidades de Conservação, as florestas públicas ocupam mais de 32% do território acreano, e se somarmos ainda as Terras Indígenas, chegamos a aproximadamente 45%, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre

Categoria	Área (ha)	Percentual do Estado (%)
Unidades de Conservação de Proteção Integral		
Parque Nacional da Serra do Divisor	784.079	4,77
Estação Ecológica Rio Acre	84.387	0,51
Parque Estadual Chandless	695.303	4,23
Subtotal	1.563.769	9,52
Unidades de Conservação de Uso Sustentável		
APA Igarapé São Francisco	30.004	0,18
APA Lago do Amapá	5.224	0,03
APA Raimundo Irineu Serra	909	0,01
ARIE Seringal Nova Esperança	2.576	0,02
Reserva Extrativista Alto Juruá	538.492	3,28
Reserva Extrativista Chico Mendes	930.203	5,66
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	151.199	0,92
Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema	733.680	4,47
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	320.118	1,95
Floresta Nacional Macauã	177.047	1,08
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	152.575	0,93
Floresta Nacional São Francisco	19.139	0,12
Floresta Estadual do Antimary	45.639	0,28
Floresta Estadual Mogno	141.450	0,86
Floresta Estadual Rio Liberdade	76.758	0,47
Floresta Estadual Rio Gregório	212.383	1,32
RPPN – Santuário Ecológico Amazônia Viva	38	0,0002
Subtotal	3.541.658	21,56
Total de Unidades de Conservação	5.107.836	31,1
III - Terras Indígenas	2.390.112	14,55
Total de Áreas Naturais Protegidas	7.497.948	45,66
Área Total do Estado	16.422.136	100

Do total de Florestas Públicas existente no Estado do Acre, 2,13% são Florestas Nacionais e 2,93% são Florestas Estaduais, totalizando uma área de 5,06% do território, ou seja, 831.622 ha. Desta forma, o Estado conta com apenas 2,93% de seu território sob o status de Florestas Estaduais aptas para serem incorporadas ao processo produtivo. Em 2012, as FLONAS do Macauã e do São Francisco (1,20%) foram identificadas no Plano Anual de Outorga Florestal 2012 do Serviço Florestal Brasileiro como Florestas Públicas Federais passíveis de concessão em faixa de fronteira.

De acordo com os dados do ZEE/AC os assentamentos de base florestal, onde a floresta é a principal base produtiva e de gestão, ocupam somente 3,16% do Estado. Enquadram-se nesta categoria os Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs, os Projetos de Desenvolvimento Sustentado – PDS, os Projetos de Assentamento – PAs e os Projetos de Assentamentos Florestais – PAFs. Já as Reservas Extrativistas ocupam uma fatia considerável do território (16,28%), constituindo uma importante reserva de recursos florestais para a conservação florestal e melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

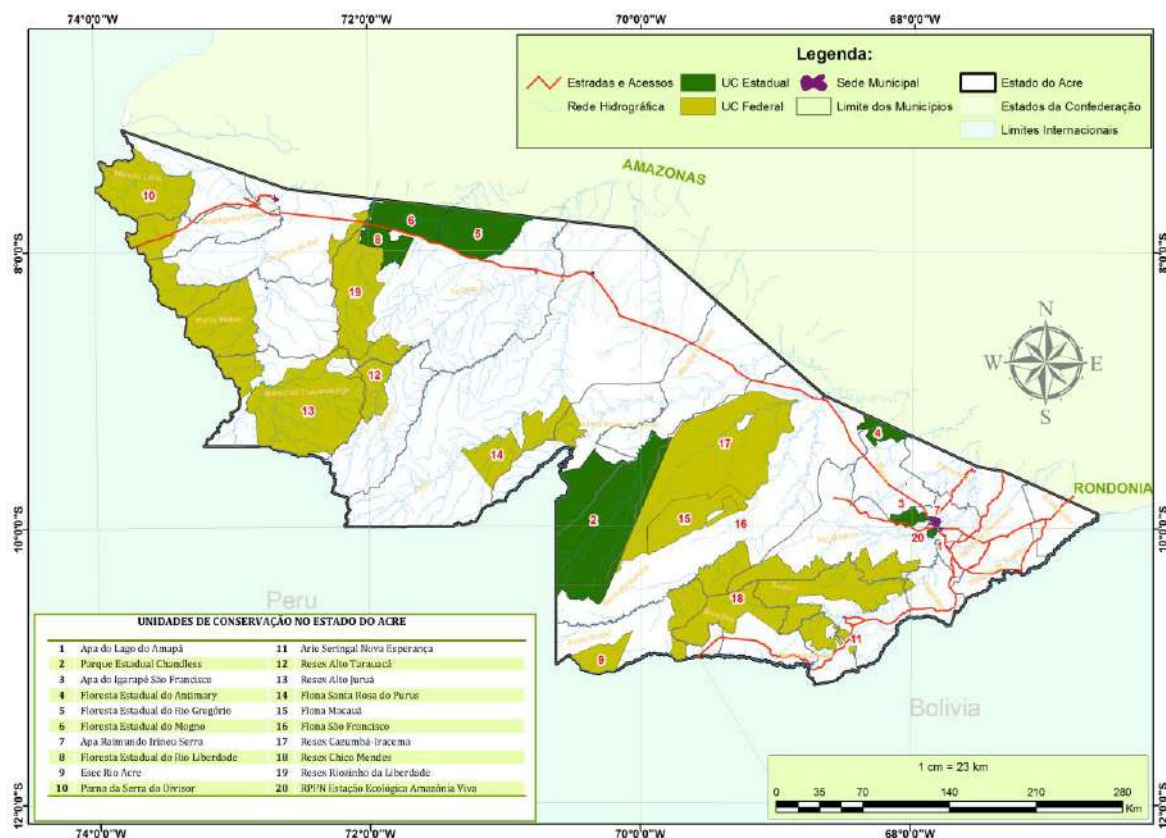


Figura 1. Distribuição das Florestas Públicas do Estado do Acre

De acordo com o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE, as florestas do Estado do Acre estão divididas em 11 tipologias florestais, sendo que as 05 (cinco) principais representam 83% da cobertura florestal (Figura 1). A grande maioria são subtipos de florestas abertas, que possuem uma aptidão intermediária para a atividade madeireira com volumetria comercial média explorada variando entre 7 e 14 m³/ha. A massiva adoção das práticas de manejo nos últimos anos vem contribuindo para um melhor conhecimento da real capacidade produtiva das florestas acreanas sob regime de produção sustentada (Acre, 2006). Nas florestas estaduais a serem submetidas ao processo de concessão em 2017, estima-se que a volumetria média passível de ser explorada varie entre 16 e 25 m³/ha.

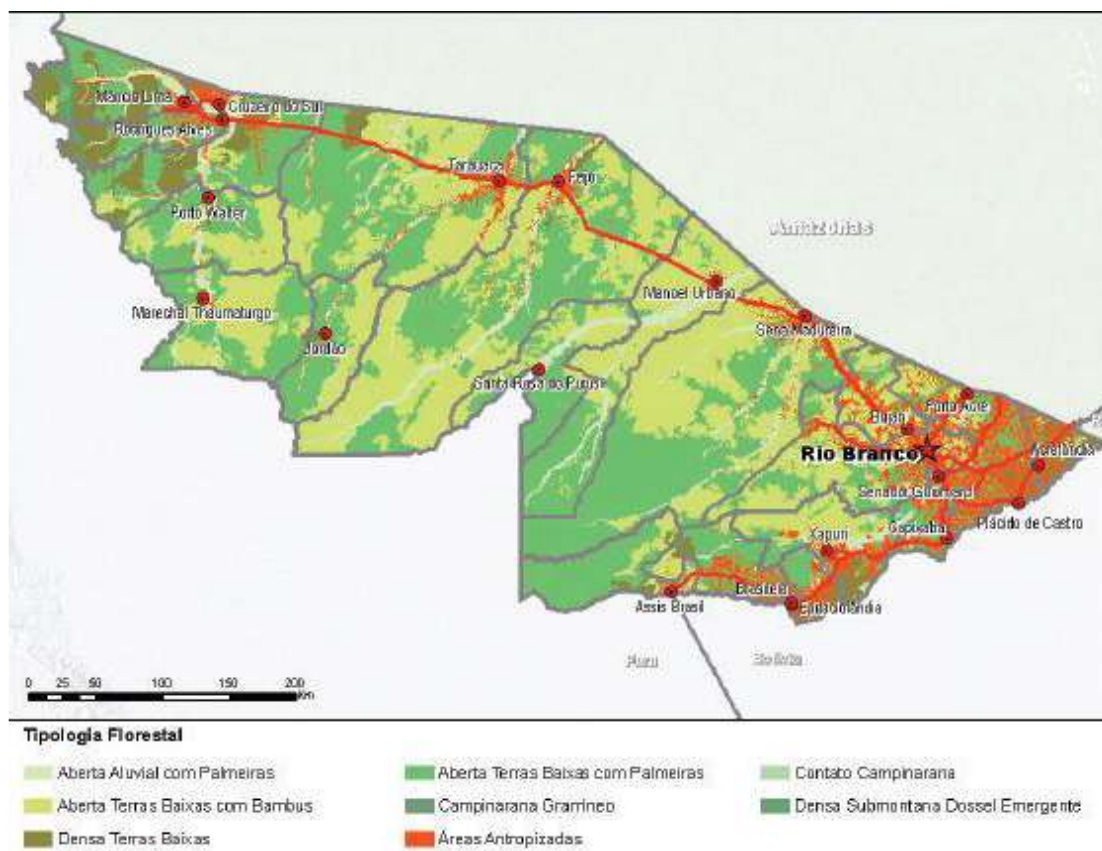


Figura 2. Tipologias Florestais do Estado do Acre (ZEE, 2006)

O planejamento do espaço físico, dos investimentos e das políticas de incentivo à industrialização no Estado, tem levado em consideração a importância da interiorização da atividade florestal, principal vocação da região. Com isso, o Estado tem ampliado consideravelmente o raio econômico da atividade florestal, viabilizando economicamente centenas de hectares de ativos florestais que se encontravam economicamente inviáveis.

Atualmente, o Governo do Estado tem realizado investimentos na região do Tarauacá – Envira e do Vale do Juruá, para instalação do Complexo Industrial Florestal do Vale do Juruá e de Tarauacá. Estima-se que ambas consumirão anualmente um volume de 78.600 m³ de madeira em tora. Com isso o Governo pretende garantir a conservação dos recursos florestais da região, fomentar uma economia local de base sustentável, contribuindo assim para gerar emprego e renda para as comunidades locais.

2.1 Cadastro Estadual de Florestas Públicas

A SEMA é responsável pela elaboração e gerenciamento do Cadastro Estadual de Florestas Públicas do Acre, que se encontra em fase de implantação, com a conclusão prevista para final do segundo semestre de 2017.

O objetivo do Cadastro é reunir dados georreferenciados e socioeconômicos sobre as florestas públicas do Estado do Acre e contribuir para a transparência das informações florestais, para a participação social nos processos de gestão, através de um banco de dados integrado com outros órgãos.

Conforme prevê a legislação, o cadastro é um instrumento de planejamento para gestão florestal, que consiste no levantamento das áreas públicas com cobertura florestal natural, agregando informações da área como tamanho, localização, destinação, entre outras consideradas relevantes, as quais são armazenadas em um banco de dados digital. Além de permitir a emissão de mapas, imagens e dados relevantes das florestas cadastradas, o que irá auxiliar no monitoramento dessas áreas, contribuindo para a redução da grilagem, da ocupação ilegal, do desmatamento e das queimadas.

3. Metodologia de Seleção das Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal

A metodologia adotada pela SEMA se divide em duas fases, a primeira exclui as florestas públicas que possui restrições legais ou outros impedimentos, que a impossibilitem de serem submetidas ao processo de concessão florestal. Na segunda fase são selecionadas as florestas públicas estaduais passíveis de serem submetidas ao processo de concessão em 2017. A metodologia é semelhante à utilizada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

3.1. 1ª Fase – Exclusão das Florestas Públicas com Restrições Legais ou Impedimentos no Estado do Acre

– Exclusão das Florestas Públicas Federais

Primeiramente, foram excluídos 6.844.381,17 hectares (41,67% do território) de florestas públicas federais, localizadas no Estado, uma vez que a realização de concessão florestal nessas áreas é uma prerrogativa do Governo Federal.

– Exclusão das Unidades de Conservação de Proteção Integral

A Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza divide em dois grupos as unidades de conservação: Unidades de Uso Sustentável e

Unidades de Proteção Integral. São classificadas como Unidade de Proteção Integral: Reserva Biológica, Estação Ecológica, Parque Nacional/Estadual e o Refúgio da Vida Silvestre.

Conforme podemos observar no quadro abaixo no Estado do Acre as UCs de Proteção Integral representam 9,52% da área territorial do Estado (Tabela 2).

Tabela 2. Unidades de Conservação de Proteção Integral

UCs de Proteção Integral	Área (ha)
Parque Nacional da Serra do Divisor	784.079
Estação Ecológica Rio Acre	84.387
Parque Estadual Chandless	695.303

– **Exclusão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável**

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável identificadas no SNUC são: as Áreas de Proteção Integral – APA, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que devem ser excluídas do PAOF.

Porém, também devem ser excluídas as áreas que admitem a existência de propriedades privadas em seu interior, tais como: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE; Reserva de Fauna, Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, que correspondem a 0,01% do território acreano.

– **Exclusão das Terras Indígenas e das Áreas Destinadas às Comunidades Locais**

Deverão ser excluídas do PAOF as Terras Indígenas. No Estado do Acre essas áreas correspondem a 2.390.122 ha, ou seja, 14,55% do seu território.

A Lei Federal nº 11.284/2006 destaca no art. 6º que antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades tradicionais serão identificadas e destinadas. Portanto, não pode haver concessão em áreas destinadas ao uso comunitário. Sendo excluídas as Terras Indígenas, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, Projeto de Assentamento Florestal – PAF.

No Estado do Acre essas áreas correspondem a aproximadamente 19% do seu território (Tabela 3).

Tabela 3. Áreas de Uso Comunitário

Áreas de Uso Comunitário	Área (ha)
Reservas Extrativistas	2.673.692,00
Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS	199.790,34
Projetos de Assentamento Agroextrativista - PAEs	319.030,83
Projetos de Assentamento Florestal - PAFs	41.953,00
Total de Área	3.234.466,17

3.2. 2ª Etapa: Seleção das Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal em 2017

Para as áreas destinadas, a SEMA utilizou como base os seguintes critérios de seleção:

- Área indicada pelos ZEE-AC como favorável para a expansão de atividades produtivas florestais sustentáveis;
- Vocação florestal com potencial para produtos florestais em regime de manejo florestal com fins comerciais;
- Acesso e logística favorável para integração com os mercados locais e que viabilizam o escoamento da produção;
- Área incluída em Programas de Governo (convergência com outras políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional); e,
- Ausência de situações de conflitos fundiários ou de uso dos recursos naturais.

No total foram selecionadas quatro Florestas Públicas Estaduais passíveis do estabelecimento de Unidades de Manejo Florestal - UMF para a Concessão Florestal em 2017, compreendendo 476.230 mil hectares, ou seja, 100% das florestas estaduais no Acre, conforme tabela abaixo.

Tabela 4. Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal em 2017

Nome da UC	Área Total	Município
FE Antimary	45.639	Bujari
FE Mogno	141.450	Tarauacá
FE do Rio Gregório	212.383	Tarauacá
FE do Rio Liberdade	76.758	Tarauacá

4. Descrição das Florestas Públicas Estaduais Passíveis de Concessão Florestal e ou Gestão direta em 2017

As Florestas Estaduais passíveis de Concessão Florestal, em 2017, foram caracterizadas abaixo, sendo apresentado apenas um resumo com as principais informações referente às unidades.

4.1 Floresta Estadual do Antimary

Quadro 6. Identificação da Propriedade

Proprietário:	Governo do Estado do Acre		
Gestor:	SEMA		
Denominação:	FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY		
Área Total:	45.686,5669 hectares		
Decreto de Criação:	Decreto 046 de 07 de fevereiro de 1997.		
Município:	Bujari e Sena Madureira	UF:	AC
Localização:	Floresta Estadual do Antimary, Margem esquerda do Rio Antimary		

4.1.1 Limites e confrontantes

Quadro 7. Confrontantes e Limites da Floresta Estadual do Antimary

CONFRONTANTES	
NORTE	<i>Linha Cunha Gomes, Divisa com o Estado do Amazonas</i>
SUL	<i>Fazenda Liberdade, Fazenda Boa Vista, Fazenda Córrego de Ouro, Fazenda Nova Arizona, Fazenda Samaúma e PAE Canary.</i>
LESTE	<i>Fazenda Barra da Aliança, Fazenda Jaraguá e Fazenda Bela Aliança, Rio Antimary</i>
OESTE	<i>Fazenda Nena Brasil, Fazenda Lindóia e terra devoluta remanescente do seringal Novo Amparo</i>

4.1.2 Localização e Acesso



A área da Floresta Estadual do Antimary está localizada na porção norte do município do Bujari e ao leste de Sena Madureira, Estado do Acre, com as coordenadas geográficas de referência:

S 09° 21' 30,40"

W 68° 03' 55,40"

O acesso principal e mais utilizado à área se dá a partir de Rio Branco-AC, seguindo pela Rodovia BR-364, sentido Bujari, percorrendo aproximadamente 105 km chega ao Ramal do Ouro (em frente ao Ramal Toco Preto). A partir deste Ramal, percorre-se aproximadamente 30 km e chega aos limites da Floresta Estadual do Antimary, como mostra a Figura 3.

Outros acessos podem ser utilizados, contudo menos usuais, descritos abaixo:

-  Pela BR-364, sentido Rio Branco / Bujari – Sena Madureira – AC, até o km 52 e partir daí utiliza-se o ramal do PA Espinhara (Ramal do Espinhara), percorrendo cerca de 25 km, onde se toma o ramal do Antimary até a AMF, totalizando, aproximadamente 60 km de percurso total;
-  Pelo Rio Antimary, junto ao km 85 da BR-364, contudo esse acesso é pouco utilizado atualmente.

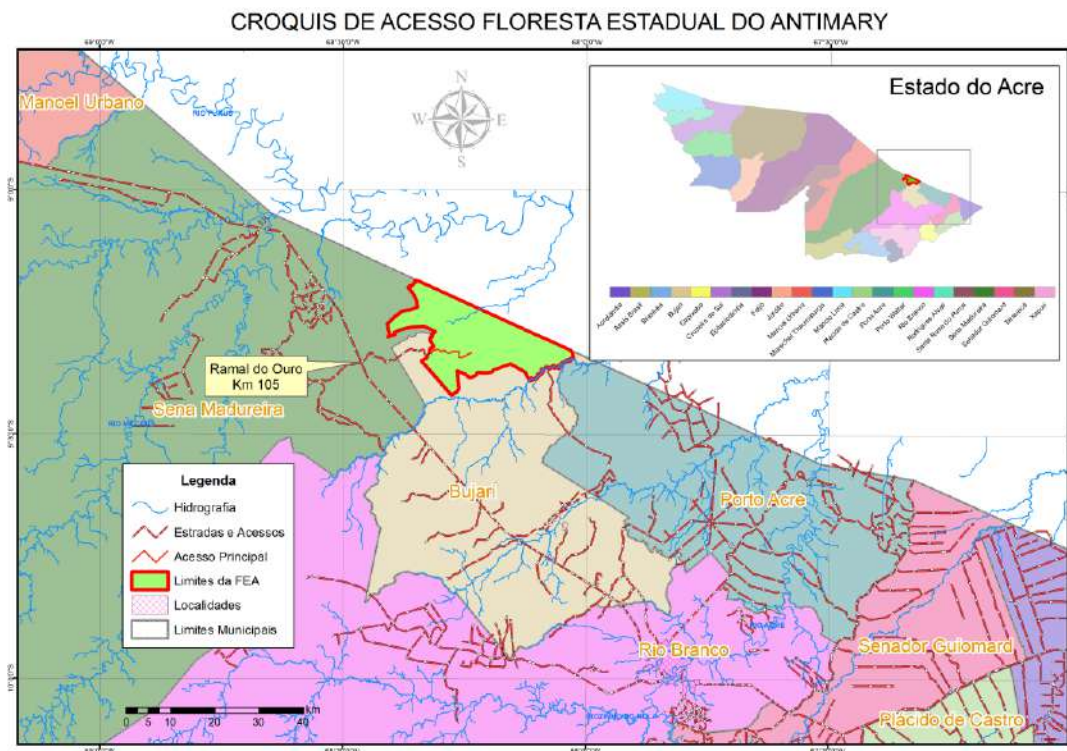


Figura 3. Mapa de Acesso da Floresta Estadual do Antimary (SEDENS, 2012)

Por se tratar de uma Unidade de Conservação de uso Sustentável, a FEA conta com dois importantes instrumentos de gestão, são eles:

1. **Plano Gestor da Unidade de Conservação:** documento técnico estabelecido pelo SNUC, onde são definidos os objetivos gerais da Unidade, o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais; e,
2. **Conselho Consultivo:** presidido pela SEMA, conforme dispõe o SNUC, é o órgão de consulta para a gestão da Unidade de Conservação, constituído por representantes dos órgãos públicos, organizações da sociedade civil, e, organizações comunitárias da FEA e entorno.

4.1.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico

4.1.3.1 Solos

O principal solo encontrado na área, utilizando o sistema brasileiro de classificação de solos é o “ARGISSOLO”, caracterizado por “possuir um horizonte B textural (incremento significativo de argila do horizonte A para o horizonte B) e baixa atividade de argila, muitos deles com alta saturação por alumínio. Em muitos casos são solos que apresentam drenagem moderada e baixa ou média fertilidade natural, em razão do predomínio de minerais de argila de

baixa atividade. Por estarem muitas vezes associados às condições de relevo mais movimentado, são também bastante suscetíveis à erosão” (Acre, 2006).

De acordo com mapa pedológico do Estado e estudos do ZEE (Acre, 2006) o solo predominante na região de inserção da propriedade é classificado como **Argissolo Vermelho Distrófico latossólico, Latossolo Amarelo Distrófico argissólico (Pvd9)** representando aproximadamente 95% dos solos da FEA. O tipo de solo **Gleissolo Háplico Ta eutrófico, Neossolo Flúvico Ta eutrófico** ocupa aproximadamente 3,62% da área total e está localizado às margens do rio Antimary, como pode ser visto na Figura 4.

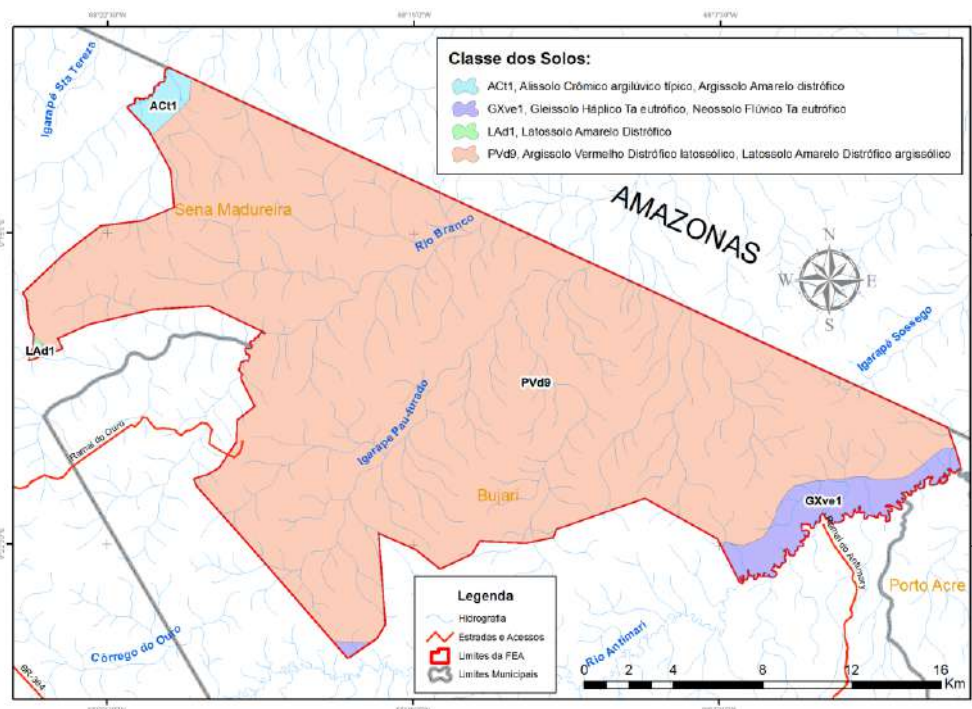


Figura 4. Tipos de solo na FEA (SEDENS, 2012)

4.1.3.2 Hidrografia

A área da FEA está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Purus, sendo que a grande parte do escoamento pluvial está na direção do rio Purus e uma pequena parte para o rio Antimary, com pode ser visto na Figura 5 abaixo.

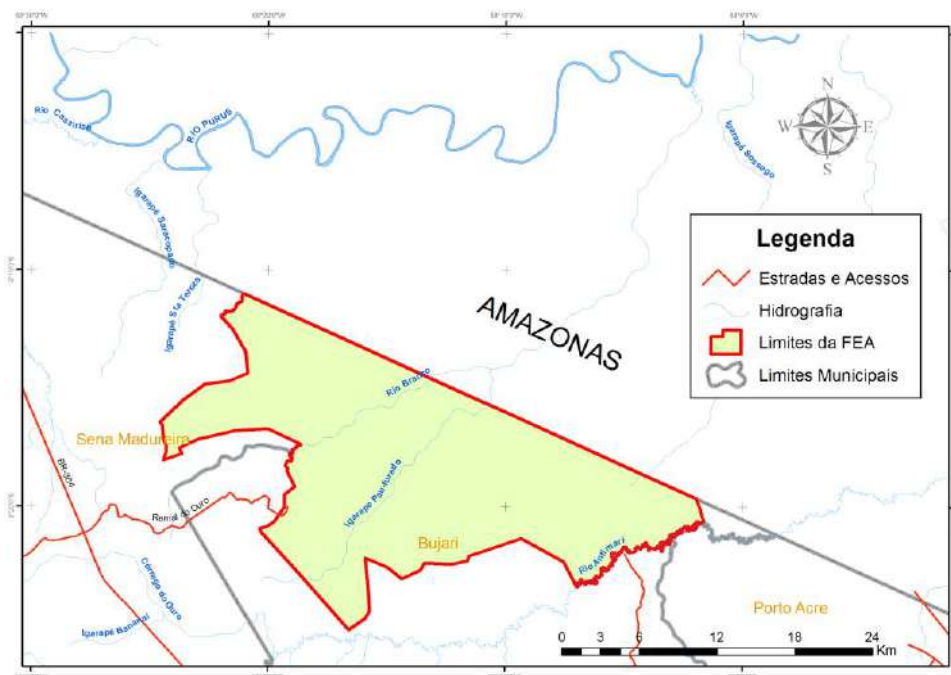


Figura 5. Identificação da Bacia Hidrográfica (SEDENS, 2012)

Segundo os estudos do Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre (Acre, 2006) e a base hidrográfica do Estado, cerca de 96% dos cursos d'água existente na FEA são de regime intermitente e apenas 4% são de regime permanente. Dos principais cursos d'água identificados dentro da FEA os mais relevantes são igarapé Pau-furado, igarapé Sossego, igarapé Rio Branco e Rio Antimary. Na Figura 6 é mostrado a hidrografia presente na FEA segundo ZEE.

4.1.3.3 Vegetação

As tipologias florestais encontradas, segundo dados do ZEE (Acre, 2006), são caracterizadas na Figura 6 abaixo. Observa-se que a predominância da vegetação é do tipo **Floresta Aberta com Bambu** associada com **Floresta Densa**, representando cerca de 38,24% e do tipo **Floresta Densa** associada com **Floresta Aberta com Palmeiras** com 32,49% da área total da floresta. Os outros tipos representam 29,27% e são compostas por **Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras** (1,79%), **Floresta Aberta com Bambu Dominante** (2,88%), **Área Antropizada** (4,39%), **Floresta Aberta com Palmeiras associada com Floresta Aberta com Bambu** (6,22%) e **Floresta Densa** (13,99%).

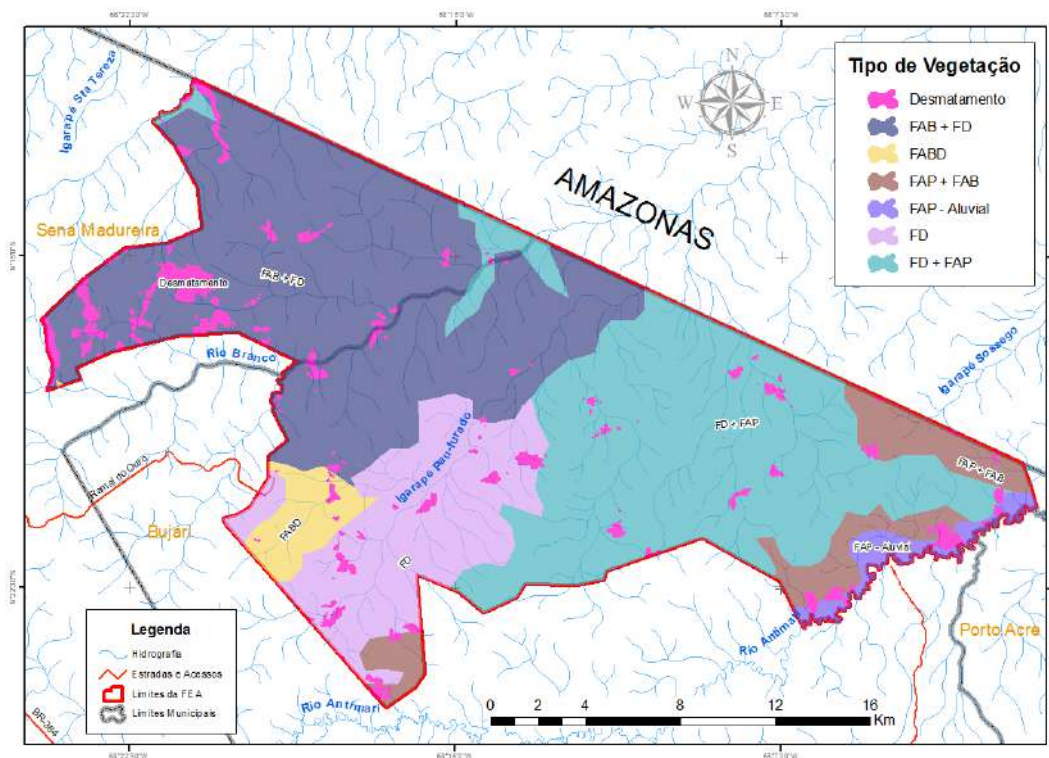


Figura 6. Tipologias Florestais na FEA (SEDENS, 2012)

4.1.4 Socioeconômico

A caracterização socioeconômica da FEA foi obtida através do **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEA e Entorno**, documento que compõe volume I do Plano de Manejo da Unidade, que se encontra em fase de revisão. Apresenta-se alguns resultados sobre população, educação, saúde, benfeitorias, produção e renda.

Atualmente na FEA residem 53 famílias legalmente cadastradas e reconhecidas pelo órgão gestor da UC, num total de 53 lotes (cada um com aproximadamente 100 ha), numa zona conhecida com Zona Populacional no Plano de Manejo (Figura 7).

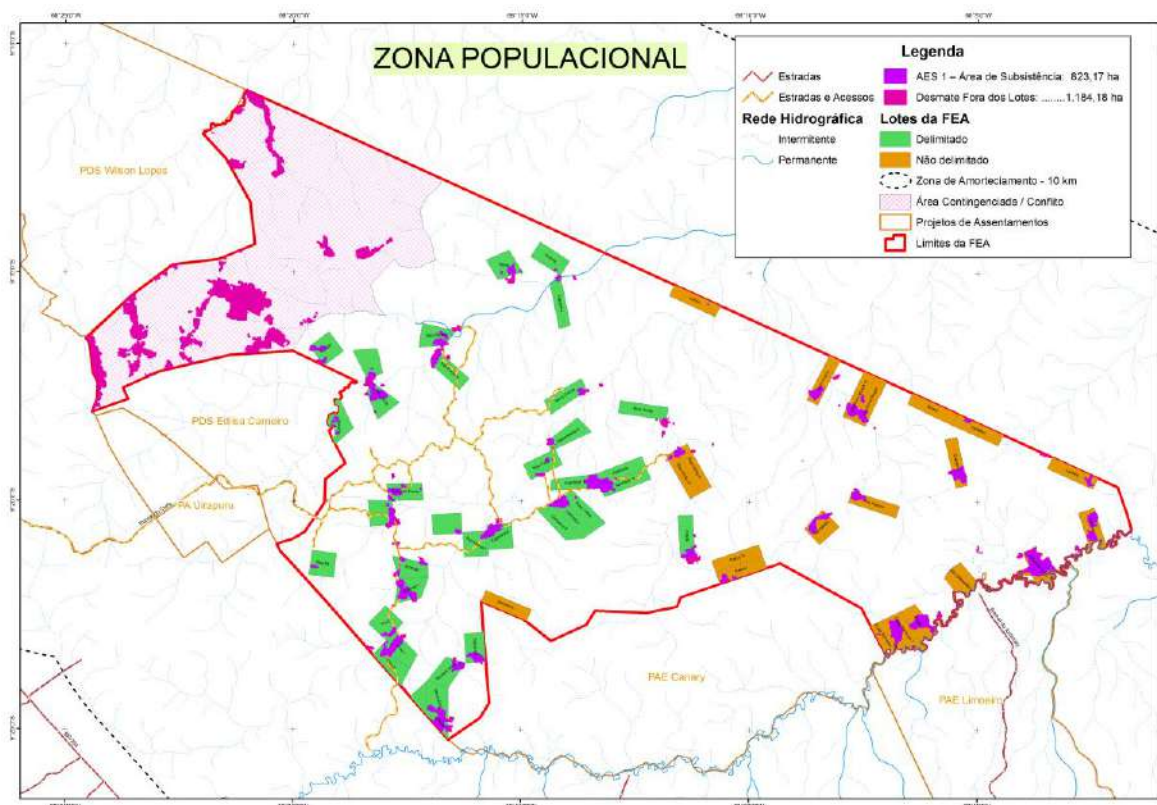


Figura 7. Mapa da Zona Populacional (SEDENS, 2012)

4.1.5 Educação

De acordo, com as informações levantadas no “*Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEA e Entorno*” realizado em de julho a agosto de 2012, a Floresta Estadual conta com quatro escolas, são elas:

1. Escola Estadual Renascer localizada na colocação Carrasco;
2. Escola Estadual São Pedro localizada na colocação São Pedro;
3. Escola Estadual Asa da Floresta localizada na colocação Primeiro Ponto; e
4. Escola Estadual Anexo Limoeiro localizada na colocação Cachorra Magra.

Quanto ao perfil educacional é possível verificar a predominância de baixa escolaridade, sendo que 40% da população entrevistada tem apenas ensino fundamental incompleto de 1ª a 4ª série, tendo deixado de estudar por motivos de trabalho ou dificuldade de deslocamento.

A infraestrutura de educação disponível na FEA não é suficiente para atender a demanda atual da população. Porém, a distância de algumas colocações isoladas e a precária estrutura das escolas é o ponto crítico da educação na área. Desta forma, há de se admitir a necessidade de

melhorar a infraestrutura, a qualidade no ensino, a implantação de sistema de transporte escolar e a oferta de ensino médio.

4.1.6 Saúde

Na sede da Unidade de Gestão Ambiental Integrada - UGAI da FEA o órgão gestor da UC construiu um posto de saúde, que conta apenas com medicamentos de primeiros socorros (Figura 8). Recentemente o órgão também contratou uma enfermeira que vem trabalhando com prevenção e acompanhamento de doenças na comunidade.



Figura 8. UGAI da FEA

Periodicamente são realizados atendimentos de saúde pela Prefeitura Municipal de Bujari e pelo Governo do Estado através do “Projeto Saúde Itinerante”. Os atendimentos acontecem na sede do Acampamento Operacional e na escola Anexo do Limoeiro, onde são atendidos os moradores da FEA e entorno.

De acordo com os dados levantados 11,11% da população entrevistada teve Leishmaniose, 13% tem algum tipo de deficiência física ou mental e 48% são hipertensos. Segundo relatos, os casos mais graves e/ou urgentes são acompanhados pela equipe da SEMA, que disponibiliza transporte e encaminha aos hospitais da capital do Estado.

As principais doenças identificadas, entre os moradores da região, foram: gripe, alcoolismo, problemas na coluna, malária, hepatite e leishmaniose.

4.1.7 Benfeitorias

As principais benfeitorias identificadas nas propriedades foram: cacimba, fonte de água potável, a casa de farinha, açudes e galinheiros.

No período de 2009 a 2011, a Secretaria de Estado de Floresta – SEF, atual SEDENS, buscando disponibilizar e ampliar os serviços públicos básicos e o acesso a créditos na FEA, de maneira a permitir o desenvolvimento das comunidades residentes, articulou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a aplicação de Créditos Instalação para os moradores da Floresta Estadual do Antimary. O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando à construção de unidades habitacionais (SEF, 2010).

Inicialmente, apenas 85% dos moradores, ou seja, 44 famílias puderam acessar o crédito instalação (Figura 9). Pois, segundo o gestor da UC alguns moradores não estavam cadastrados no SIPRA, outros não tinham a documentação necessária, ou já haviam recebido o crédito anteriormente.



Figura 9. Perfil das Habitações na FEA

De acordo, com os órgãos de regularização fundiária constituem benfeitorias, a casa de moradia e demais construções necessárias para a produção agroextrativista e para a criação de pequenos e médios animais. As principais benfeitorias encontradas nas áreas são a casas de moradia, casas-de-farinha, galinheiros, currais e cercas divisórias. Construídas com diversos materiais, tais como: paxiúba, madeira serrada, madeira beneficiada, cobertas com palha, zinco, fibroamianto e lonas de PVC.

Pode-se constatar que os modelos e materiais empregados na construção das casas sofreram alterações significativas ao longo dos últimos anos. Pois, as casas originariamente construídas pelos seringueiros eram chamadas tapiris, combinando exclusivamente paxiúba com palhas e cavacos, um tipo de madeira utilizado na cobertura de casas (ESTEVES et al., 2002).

4.1.8 Produção

De acordo com o levantamento as principais atividades produtivas na FEA, nos últimos anos, são o extrativismo, a agricultura familiar e a criação de pequenos animais. A totalidade das famílias entrevistadas dedica-se à criação de pequenos animais, aves e bovinos. Atualmente, 100% dos entrevistados vivem do extrativismo, com destaque para o manejo florestal e para a castanha. Aproximadamente 81% dos entrevistados praticam o cultivo da mandioca, arroz, banana, feijão e milho.

O principal mercado para os produtos da região é o município de Rio Branco, não pelo fato da proximidade, mas por ser o maior mercado e representar a garantia da venda da produção. Dos entrevistados 71% declararam vender seus produtos no município de Rio Branco, sendo que 52,94% utilizam como principal meio de transporte os caminhões da SEMA (Figura 10), gastando em média 4 horas para chegar ao destino final.

Embora com uma baixa porcentagem na composição da renda é possível identificar produtos extrativistas com um potencial de crescimento. São identificados como produtos possíveis de exploração: sementes e óleos vegetais.

No tocante à produção é possível verificar a criação de animais de pequeno porte, com o predomínio de galinhas e patos para o autoconsumo, mas também aparece à criação peixes, o que também se apresenta como um produto potencial para a ampliação e diversificação da renda na unidade familiar.



Figura 10. Transporte da produção de castanha na FEA (SEDENS, 2012)

4.1.9 Renda

As condições econômicas da FEA apresentam características mescladas de população extrativista com agrícola. Observa-se na composição da renda familiar que existe um predomínio

do extrativismo 90,44% da renda total das famílias. Os produtos agrícolas de destaque na FEA são o milho com 2,18% e a mandioca com 4,52%. O destaque do milho e mandioca se deve ao fato de que este serve de alimento para os animais e gera renda para comprar os produtos não produzidos na colocação (Tabela 5).

A renda com extrativismo representa 90,44%, onde se verifica uma clara perda de importância da borracha que não aparece como componente da renda média familiar da pequena produção da FEA. Os baixos preços deste produto, tem induzido os pequenos produtores a diversificar a produção ou a investirem mais em produtos agrícolas do que extrativos.

Conforme observado na tabela abaixo, o manejo florestal é o principal componente da renda familiar, representando 58,91% da renda da unidade produtiva. A produção de castanha é responsável por 31,53% da renda familiar, uma vez que este produto ainda apresenta boas condições de mercado e preço.

Tabela 5. Composição da renda familiar mensal na Floresta Estadual do Antimary, ano de 2012 (SEDENS, 2012)

Linha de exploração	Valor R\$	Composição (%)
Agricultura e derivados	116,77	7,82 %
<i>Mandioca</i>	<i>67,52</i>	<i>4,52</i>
<i>Farinha de mandioca</i>	<i>3,47</i>	<i>0,23</i>
<i>Milho</i>	<i>32,60</i>	<i>2,18</i>
<i>Banana</i>	<i>11,00</i>	<i>0,74</i>
<i>Outros</i>	<i>2,18</i>	<i>0,15</i>
Criações	25,95	1,74 %
Manejo Florestal	880,00	58,91 %
Castanha	471,06	31,53
Total	1.493,78	100,00 %

As criações representam 1,74% da renda, sendo que a maior importância é a criação de pequenos animais como as galinhas e patos, não apresentando tendência à pecuarização uma vez que a criação de gado bovino aparece apenas como complemento alimentar e de reserva de valor de alta liquidez em caso de emergência e produção de leite para o autoconsumo.

Portanto, pode-se concluir que esta redução da participação das criações e da agricultura na composição da renda deve ser atribuída ao crescimento da participação do manejo florestal que passa a ter papel fundamental na composição da renda bruta das famílias da FE do Antimary.

Além do bom desempenho da renda gerado com o manejo florestal, é possível afirmar que existe uma tendência ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, uma vez que, perguntados sobre quais atividades produtivas os moradores da FEA gostariam de desenvolver,

20% afirmaram que gostariam de desenvolver a piscicultura. Outras atividades que apresentam índices de 11% da preferência dos entrevistados são: manejo florestal e cultivo de frutíferas.

A composição da renda mensal total dos moradores da Floresta Estadual do Antimary tem como principal componente a renda da produção com R\$ 1.493,78, representando 75,18% da renda total. O nível de assalariamento representa 10,90% do total da renda, ou seja, R\$ 216,51 por mês. A dependência de transferências governamentais representa 13,92% da composição da renda total, ou seja, R\$ 276,59 por mês.

A Tabela abaixo demonstra que a renda média dentro da FEA fica em torno de R\$1.986,88, sendo bastante superior à renda média do entorno da FEA que é de R\$ 1.063,93. Atentando para o fato de que o principal fator que eleva a renda da propriedade dos moradores da FEA é o manejo florestal.

Tabela 6. Renda Mensal Total das Unidades Familiares da FEA (SEDENS, 2012)

Renda da propriedade	1.493,78	75,18 %
Assalariamento	216,51	10,90 %
Transferência	276,59	13,92 %
Total	1.986,88	100,00 %

A principal característica da composição da renda das famílias da FEA é o extrativismo, onde se pode verificar o peso de 90% na renda das famílias, seguido da agricultura com um peso de 7,82% na composição da renda, sendo que os dois principais produtos que contribuem na renda agrícola são o milho com 2,18% e a mandioca com 4,52%, demonstrando uma característica mesclada de agricultura com extrativismo.

Quanto aos bens de consumo duráveis também se pode constatar um padrão característico recente, onde o acesso à energia coloca a televisão e a antena parabólica como itens de consumo quase que indispensável nas unidades de produção rurais do Acre. Além do aparelho celular como meio de comunicação nas áreas de acesso ao serviço de telefonia móvel.

Pode-se concluir que a renda do manejo florestal foi o principal diferencial da melhoria do nível de vida da comunidade da FEA. É possível verificar que o nível de vida quase dobrou no período analisado (97,18%). Sem a renda do manejo este indicador teria regredido na ordem de 10% nos últimos seis anos.

4.2 Floresta Estadual do Mogno

Quadro 8. Identificação da Propriedade

Proprietário:	Governo do Estado do Acre		
Gestor:	SEMA		
Denominação:	FLORESTA ESTADUAL DO MOGNO		
Área Total:	141.450, 2009 hectares		
Decreto de Criação:	Decreto Estadual 9.717 de 09de março de 2004		
Município:	Tarauacá	UF:	AC
Localização:	Floresta Estadual do Mogno, Margem direita da BR 364 – sentido Tarauacá/ Cruzeiro do Sul		

4.2.1 Limites e Confrontantes

Quadro 9. Confrontantes e Limites da Floresta Estadual do Mogno

CONFRONTANTES	
NORTE	<i>Linha Cunha Gomes, Divisa com o Estado do Amazonas</i>
SUL	<i>BR 364 – FE Liberdade</i>
LESTE	<i>Rio Gregório – FE Gregório</i>
OESTE	<i>Rio Liberdade, igarapé Extrema e Terras de quem de Direito</i>

4.2.2 Localização e Acesso

A área da Floresta Estadual do Mogno está localizada no município de Tarauacá, a noroeste do Estado do Acre, com as coordenadas geográficas de referência:

S 07° 50' 53,28"

W 71° 49' 08,10"

O acesso principal e mais utilizado à área se dá a partir de Rio Branco-AC, seguindo pela Rodovia BR-364, sentido Cruzeiro do Sul, percorrendo aproximadamente 533 km chega a FEM, como mostra a Figura 11. A partir de Cruzeiro do Sul, sentido Rio Branco, percorre-se aproximadamente 100 km chega aos limites da FEM. Abaixo se pode ver o acesso as florestas que compõe o Complexo de Florestas do Rio Gregório.

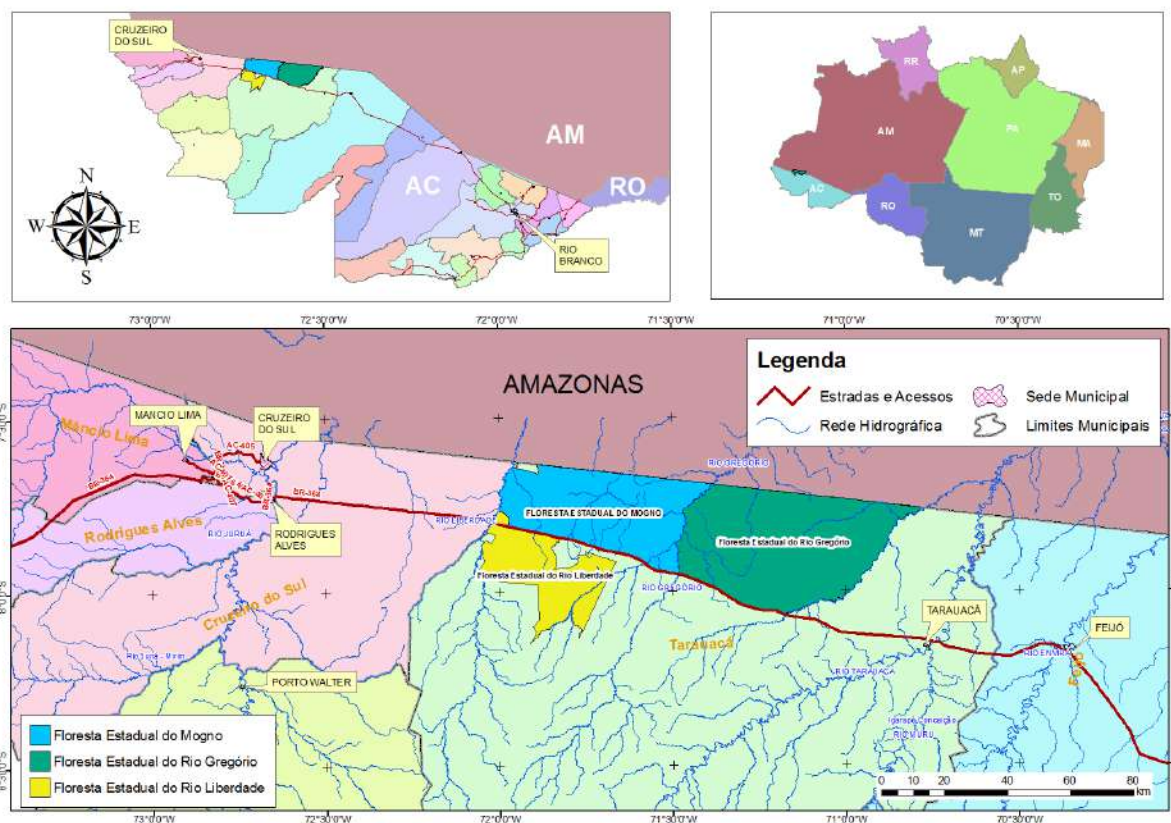


Figura 11. Mapa de Acesso da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)

Por se tratar de uma Unidade de Conservação de uso Sustentável, a FEM conta com dois importantes instrumentos de gestão, são eles:

1. **Plano Gestor da Unidade de Conservação:** documento técnico estabelecido pelo SNUC, onde é definido os objetivos gerais da Unidade, o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais; e,
2. **Conselho Consultivo:** presidido pela SEMA, conforme dispõe o SNUC, é o órgão de consulta para a gestão da Unidade de Conservação, constituído por representantes dos órgãos públicos, organizações da sociedade civil, e, organizações comunitárias da FEM e entorno.

4.2.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico

4.2.3.1 Solos

Com base no ZEE-AC, a Floresta Estadual do Mogno está coberta predominantemente por solos do tipo Luvisolos, na área ocorrem também pequenas faixas com Gleissolos e Plintossolos (Figura 12).

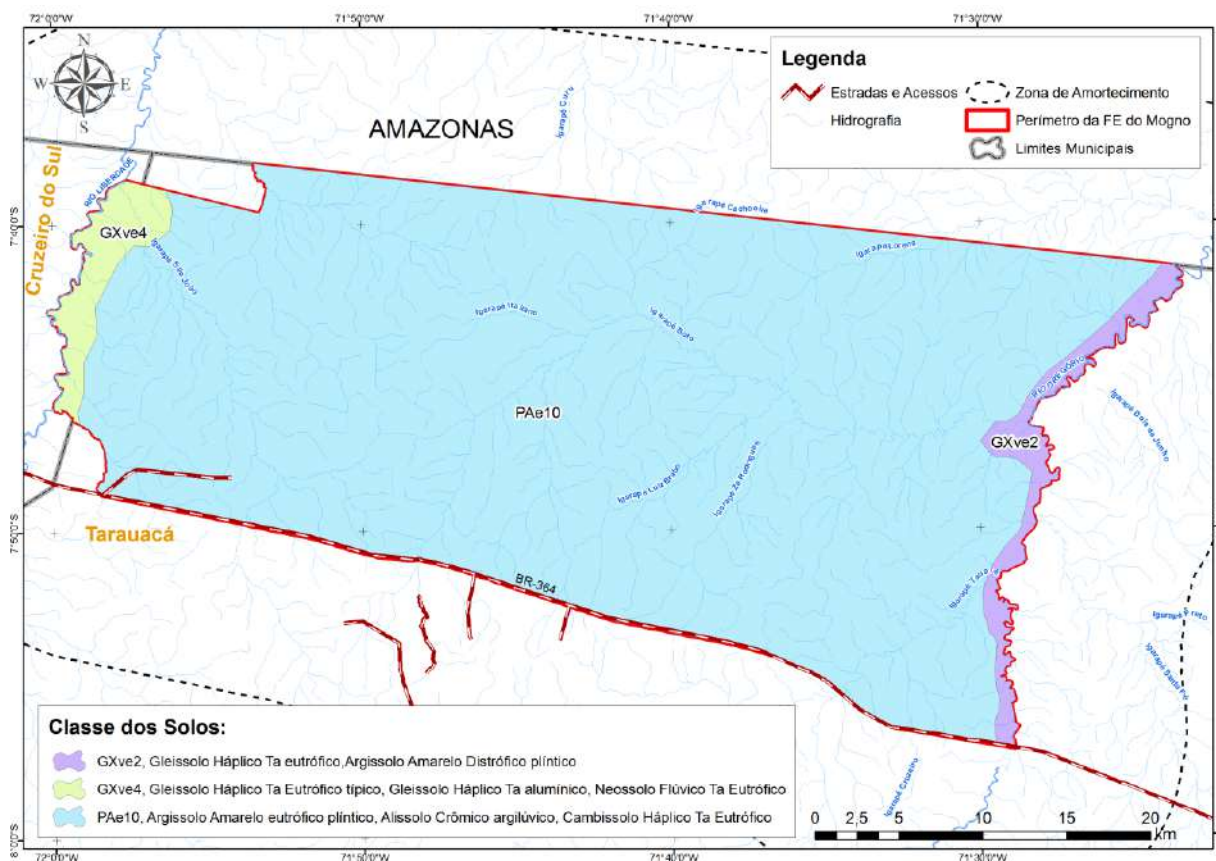


Figura 12. Tipos de Solos da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)

4.2.3.2 Hidrografia

A Floresta Estadual do Mogno está inserida na bacia hidrográfica do Rio Juruá, sub-bacia do Tarauacá-Envira e micro bacias do Gregório e Liberdade, os quais fazem os limites leste e oeste da Floresta, respectivamente (Figura 13).

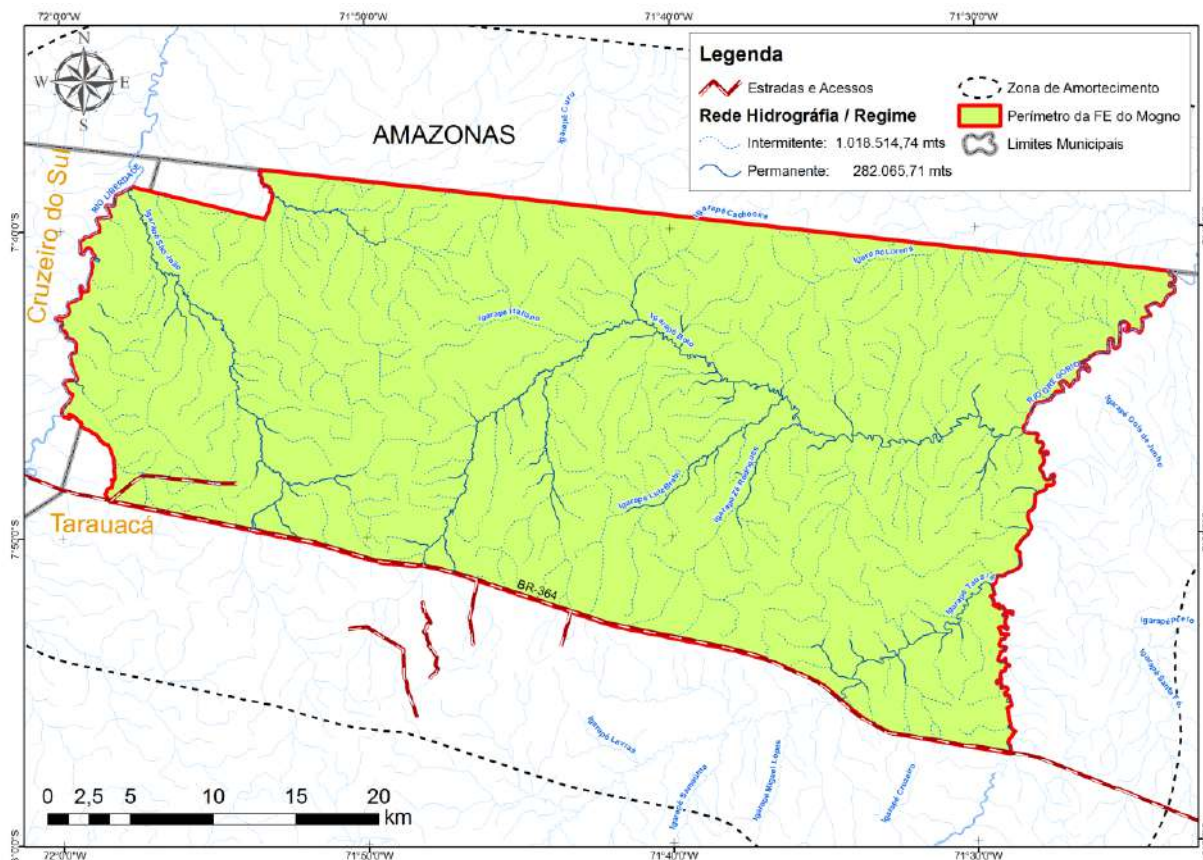


Figura 13. Identificação da Bacia Hidrográfica na FEM (SEDENS, 2013)

4.2.3.3 Vegetação

A Floresta Estadual do Mogno está inserida no Bioma Amazônia. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC, a tipologia predominante na Floresta Estadual do Mogno é a Floresta Aberta, a qual apresenta presença de bambu e palmeira e ainda em área aluvial, há também a ocorrência de uma significativa faixa de floresta densa (Figura 14).

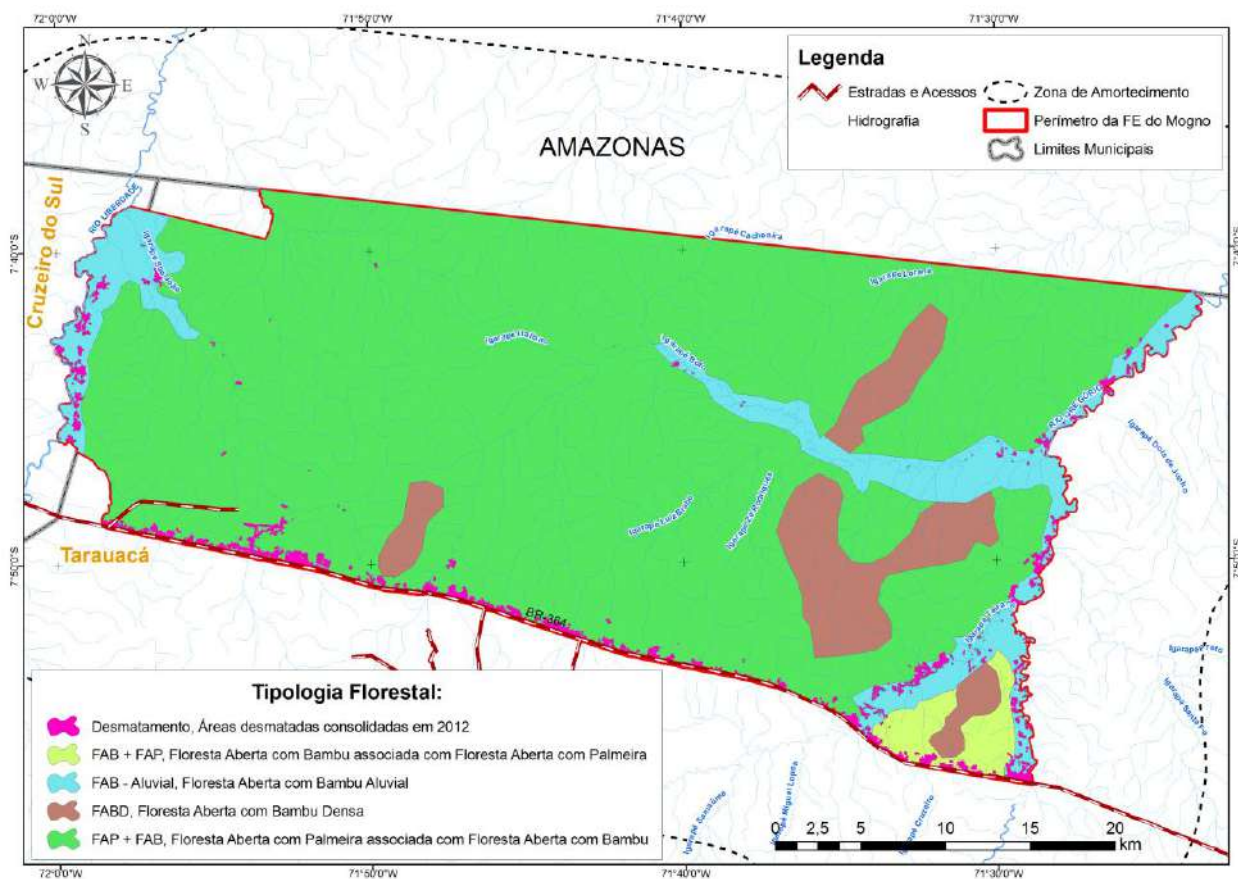


Figura 14. Tipologia Florestal da Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)

4.2.4 Socioeconômico

A caracterização socioeconômica da FEM e do Entorno foi obtida através do **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEM e Entorno**, documento que compõe volume I do Plano de Manejo da Unidade, que se encontra em fase de revisão.

A população é composta por 197 famílias legalmente cadastradas e reconhecidas pelo órgão gestor da UC. Elas ocupam lotes de aproximadamente 100 ha localizados ao longo dos rios Gregório e Liberdade e da BR 364 (Figura 15), numa zona definida com Zona Populacional no Plano de Manejo.

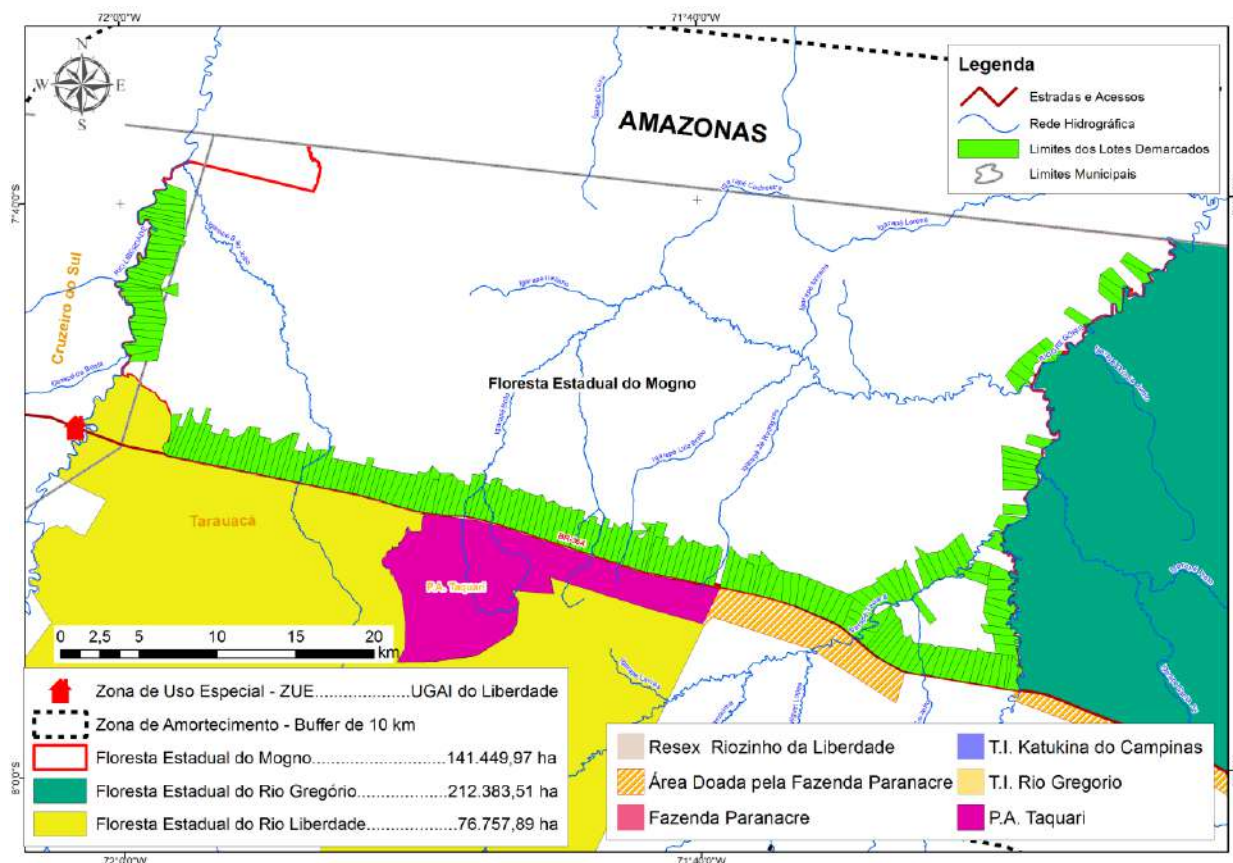


Figura 15. Zona Populacional da FEM (SEDENS, 2013)

4.2.5 Educação

De acordo, com as informações levantadas no “*Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEM e Entorno*” realizado em de julho a agosto de 2012, a Floresta Estadual conta com quatorze (14) escolas, são elas:

Quadro 10. Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Mogno (SEDENS, 2013)

Escolas da Floresta Estadual do Mogno e seu Entorno	
1	Escola Municipal Pedro Zumba da Silva
2	Escola Francisco Napoleão de Araújo (Figura 10)
3	Escola Pedro Zumba da Silva - Anexo III
4	Escola Estadual Rural Princesa da Floresta
5	Escola de Ensino Fundamental Aurélio Pereira de Brito - Anexo II
6	Escola Estadual Aurélio Pereira de Brito – Sede
7	Escola Estadual de Ensino Fundamental Cruzeiro do Sul

8	Escola Rural
9	Escola Estadual Mauricio Mares
10	Escola Aurelino Pereira de Brito Anexo VI
11	Escola Aurelino Pereira de Brito Anexo VII
12	Escola Aurelino Pereira de Brito Anexo VII
13	Escola Pedro Zumba da Silva - Anexo VII
14	Escola Pedro Zumba da Silva - Anexo VIII

Quanto ao perfil educacional dos moradores da FEM é possível verificar a predominância de baixa escolaridade, sendo que 61% da população entrevistada tem apenas ensino fundamental incompleto de 1° a 9° ano, 9% tem ensino médio completo. O índice de analfabetismo é de 22%, sendo que aproximadamente 45% dos entrevistados não estão frequentando a escola no presente momento, tendo deixado de estudar para trabalhar ou por dificuldade de acesso. Assim sendo, 43,51% dos entrevistados declararam que frequentaram a escola de um a três anos.

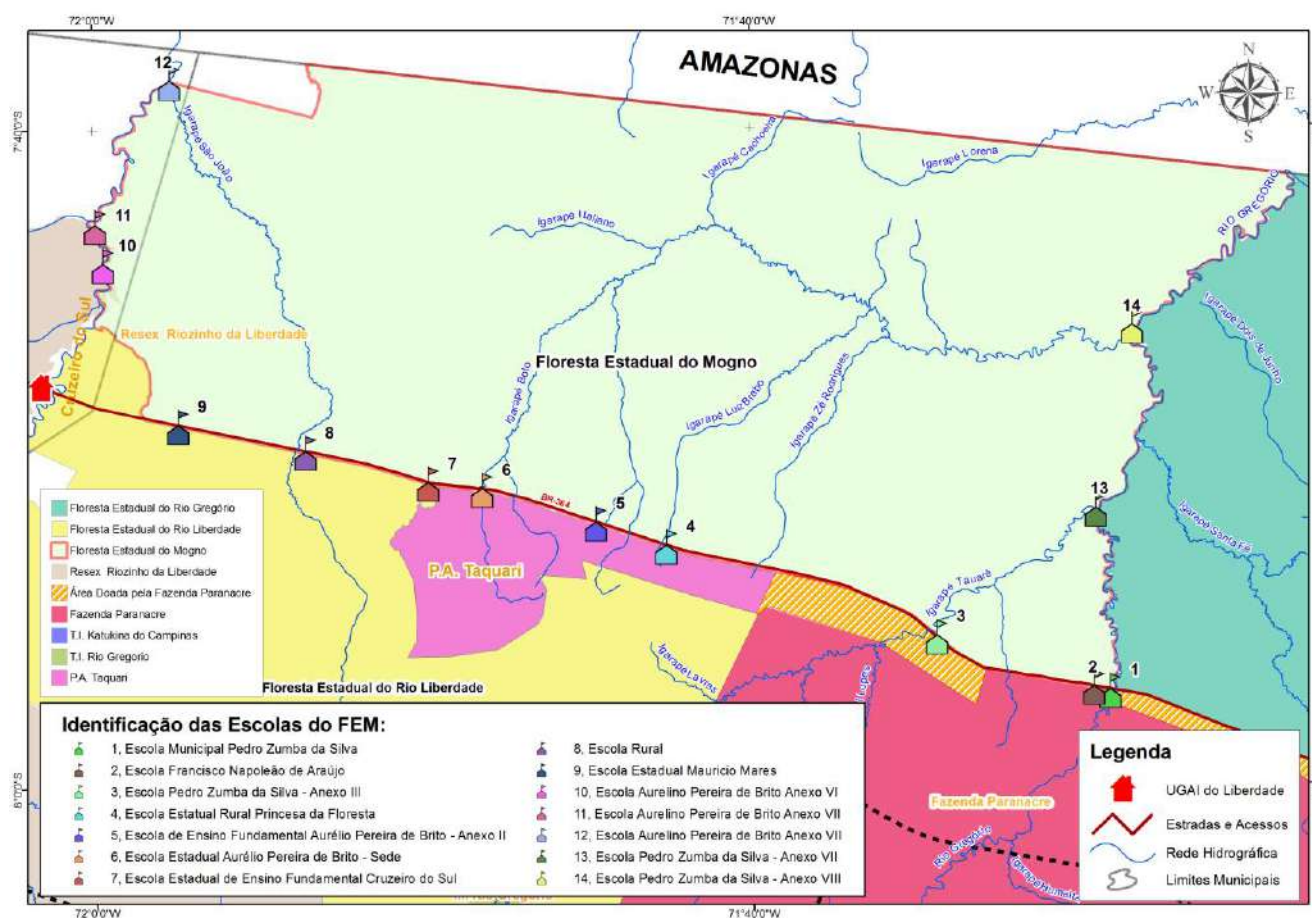


Figura 16. Distribuição das Escolas na FEM (SEDENS, 2013)

4.2.6 Saúde

O Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório dispõe de dois postos de saúde, um localizado na FE do Rio Liberdade e o outro localizado na FE do Mogno, ambos contam apenas com medicamentos de primeiros socorros. A Figura 17 mostra o Posto de Saúde da FEM, localizado próximo ao rio Gregório.

Anualmente são realizados atendimentos de saúde na área pelo Governo do Estado através do “Projeto Saúde Itinerante”. Os atendimentos acontecem nas Unidades de Gestão Ambiental Integrada, onde são atendidos os moradores do CFERG e entorno. O Projeto acontece em todo o Estado, e tem como objetivo levar atendimento médico, odontológico e laboratorial as populações mais isoladas.



Figura 17. Posto de Saúde da FEM (SEDENS, 2013)

No que tange à saúde a população reclama da ausência de enfermeiros e de medicação nos postos e da realização de atendimentos médicos e odontológicos periódicos no CFERG.

De acordo, com os dados levantados 53% dos entrevistados afirmam ter adoecido no último ano. As principais doenças relatadas foram a gripe (53%), malária (33%) e Hepatite (8%). O principal aspecto negativo é o alto índice de alcoolismo, apesar de não declarado, mas identificado dos atendimentos médicos realizados. 7% dos entrevistados declararam ser ou ter algum membro da família com deficiência física ou mental. A partir dos relatos e das informações coletadas, junto a SEMA, moradores entrevistados e relatórios do programa Saúde Itinerante, apresentamos uma relação de doenças mais comuns na FEM, são elas: gripe, malária, hepatite, alcoolismo, dengue, hipertensão, picadas de cobra, verminose e desnutrição.

Os dois principais pontos positivos, encontrados são: a baixa ocorrência de doenças crônicas (9%). E o fato de 100% das mulheres grávidas no último ano, terem realizado o pré-natal. Segundo dados obtidos no diagnóstico, 57% dos entrevistados se deslocaram aos municípios vizinhos a procura de atendimento médico, no último ano.

4.2.7 Benefetorias

Na FE do Mogno 75% das casas são construídas com madeira beneficiada e coberta de telha, pertencentes às famílias que acessaram o Crédito Instalação do INCRA através da Associação do Tauarí ou da Associação Fortaleza Acreana. Em virtude do crédito também, essas casas têm banheiros e fossas sépticas.

Aproximadamente 25% das habitações da FEM são construídas de paxiúba, cobertas com zinco ou palha, como mostra a Figura 18.



Figura 18. Perfil de habitação tradicional na FEM (SEDENS, 2013)

Quanto ao aspecto habitacional é possível identificar as características básicas da zona rural do Estado do Acre, compostas por casas simples de madeira. Outras benfeitorias identificadas nas propriedades foram: cacimba, fonte de água potável, casa de farinha, açudes e galinheiros.

4.2.8 Produção

De acordo com o levantamento as principais atividades produtivas na FEM nos últimos anos são a agricultura familiar e a criação de animais. A totalidade das famílias entrevistadas dedica-se à criação de pequenos animais, como peixes e galinhas.

Os produtos agrícolas com maiores destaques são o cultivo da mandioca para produção de farinha, banana comprida e milho.

Pelo fato da proximidade o principal mercado para os produtos da região é o município de Tarauacá, dos entrevistados 67% declararam vender seus produtos no município de Tarauacá e os demais (33%) no município de Cruzeiro do Sul. O escoamento da produção na FEM é realizado pelos carros de frete (68%), caminhão da SEMA (2%) e por barco (30%), levando em média três horas para chegar ao destino final.

4.2.9 Renda

As condições econômicas da FE do Mogno apresentam características de população agrícola. Observa-se na composição da renda familiar que existe um predomínio da agricultura com 91% da renda total das famílias. Os produtos agrícolas em destaque são o milho com 10% e a farinha de mandioca com 61% de participação na composição da renda da propriedade. O destaque do milho se deve ao fato de que este serve de alimento para os animais e gera renda para comprar os produtos industrializados. Quanto à mandioca se explica pela necessidade de autoconsumo e a renda gerada na sua venda de seus derivados.

O extrativismo aparece como renda residual e de autoconsumo, onde se verifica uma clara perda de importância do extrativismo na composição da renda familiar da FE do Mogno. Lembrando que este efeito não é registrado somente nesta região. Os baixos preços destes produtos têm induzido os pequenos produtores a diversificar a produção ou a investirem mais em produtos agrícolas do que extrativos.

As criações representam 8,84% da renda, sendo que a maior importância é a criação de pequenos animais como as galinhas, não apresentando tendência à pecuarização uma vez que a criação de gado bovino aparece apenas como complemento alimentar e de reserva de valor de alta liquidez em caso de emergência e produção de leite para o autoconsumo.

Na Tabela 7 abaixo se apresenta a composição da renda oriunda da produção da unidade familiar.

Tabela 7. Composição da Renda Familiar Mensal, oriunda da produção na FE Mogno, ano base 2012.

Linha de exploração	Valor R\$	Participação (%)
1. Agricultura e derivados	214,83	91,16%
<i>Mandioca</i>	3,10	1,32%
<i>Farinha de mandioca</i>	143,87	61,05%
<i>Milho</i>	25,53	10,83%
<i>Banana</i>	39,25	16,65%
<i>Outros</i>	3,08	1,31%
2. Criações	20,84	8,84%
Total	235,67	100,00%

A composição da renda mensal total dos moradores da Floresta Estadual do Mogno tem outros componentes além da produção como autoconsumo, assalariamento e transferência de renda (programas de Governo como Bolsa Família). Assim a produção representa R\$ 235,67, cerca de 26,48% da renda total. O assalariamento representa 18,07% do total da renda, ou seja,

R\$ 160,78 por mês. A dependência de transferências governamentais representa 45,96% da composição da renda total, ou seja, R\$ 408,92 por mês. Importante ressaltar a participação do autoconsumo que representa 9% da composição da renda total, uma vez que produtos como carne, bovina, caça, peixe, galinhas e ovos são produzidos e consumidos na unidade de produção. A Tabela 8 abaixo demonstra que a renda total média dentro da FE do Mogno fica em **R\$ 889,77**.

Tabela 8. Renda Total mensal das Unidades Familiares da FEM.

Componente da renda	Valor (R\$)	Participação (%)
Autoconsumo	84,40	9,49%
Assalariamento	160,78	18,07%
Renda da propriedade	235,67	26,48%
Transferência	408,92	45,96%
Total	889,77	100%

A principal característica da composição da renda das famílias da FE do Mogno é a transferência de renda com 45,96%, enquanto que a produção junto com o autoconsumo representam 35,97% da composição da renda total.

4.3 Floresta Estadual do Rio Liberdade

Quadro 6: Identificação da Propriedade.

Proprietário:	Governo do Estado do Acre
Gestor:	SEMA
Denominação:	FLORESTA ESTADUAL DO RIO LIBERDADE
Área Total:	76.757,8930 hectares
Decreto de Criação:	Decreto Estadual 9.716 de 09 de março de 2004
Município:	Tarauacá/AC
Localização:	Floresta Estadual do Rio Liberdade, Margem direita da BR 364 – sentido Tarauacá/ Cruzeiro do Sul

4.3.1 Limites e confrontantes

Quadro 7: Confrontantes e limites da Floresta Estadual do Rio Liberdade.

CONFRONTANTES	
NORTE	BR-364 com FE do Mogno e PA Taquari
SUL	T.I. Rio Gregório e RESEX Riozinho da Liberdade
LESTE	Fazenda Paranacre
OESTE	Rio Liberdade e com áreas de Quem de Direito.

4.3.2 Localização e Acesso

A área da Floresta Estadual do Rio Liberdade está localizada no município de Tarauacá, a noroeste do Estado do Acre, com as coordenadas geográficas de referência:

S 07° 50' 53,28"

W 71° 49' 08,10"

O acesso principal e mais utilizado à área se dá a partir de Rio Branco-AC, seguindo pela Rodovia BR-364, sentido Cruzeiro do Sul, percorrendo aproximadamente 560 km chega a FEL, como mostra a Figura 19. A partir de Cruzeiro do Sul, sentido Rio Branco, percorre-se aproximadamente 70 km chega aos limites da FEL.

Na Figura abaixo pode-se ver o acesso as florestas que compõe o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório.

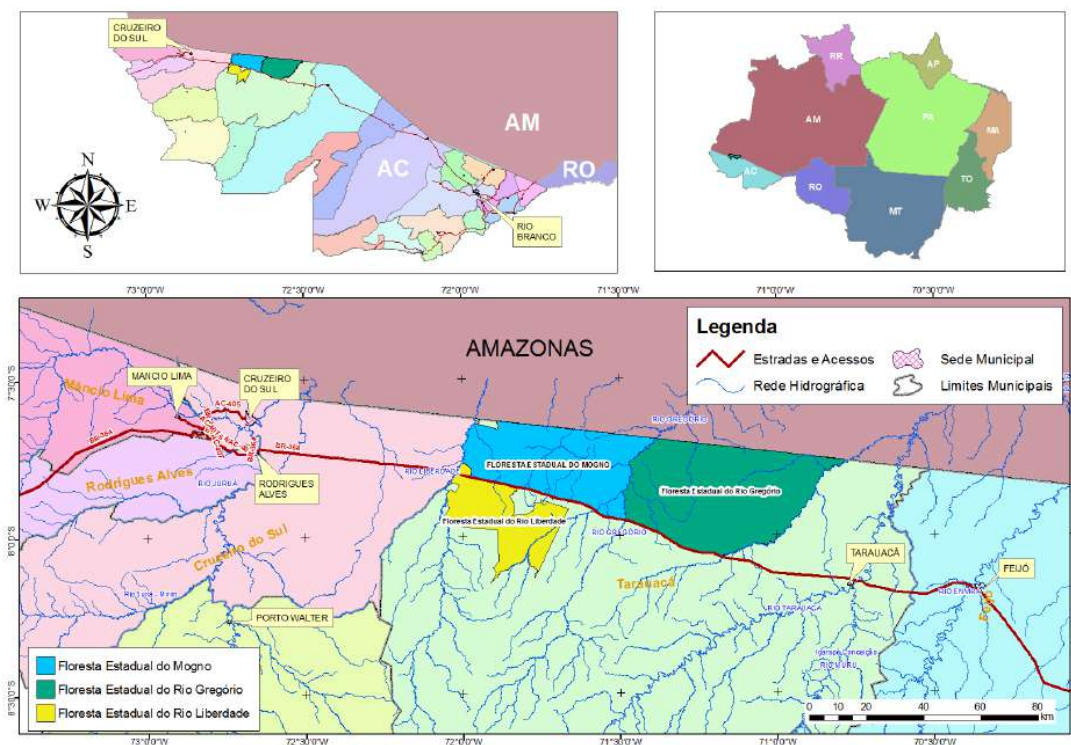


Figura 19. Mapa georreferenciado de acesso a Floresta Estadual do Rio Liberdade.

4.3.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico

4.3.3.1 Solos

Segundo os estudos do ZEE (ACRE,2006), o solo predominante na FEL o Luvissole hipocrômico órtico típico (TPo4) representando aproximadamente 93,95% do total da unidade, seguido do solo Plintossolo háplico eutrófico típico (FXe3) que ocupa aproximadamente 3,34% da área e está localizado às margens dos rios Gregório. O solo Gleissolo melânico eutrófico e distrófico (GMe6) representa 1,81% do total da área da FEL se concentra às margens do rio Liberdade. Ainda, nas proximidades do rio Gregório aparece uma pequena porção de Argissolo Amarelo representando 0,89% da área total da FEL.

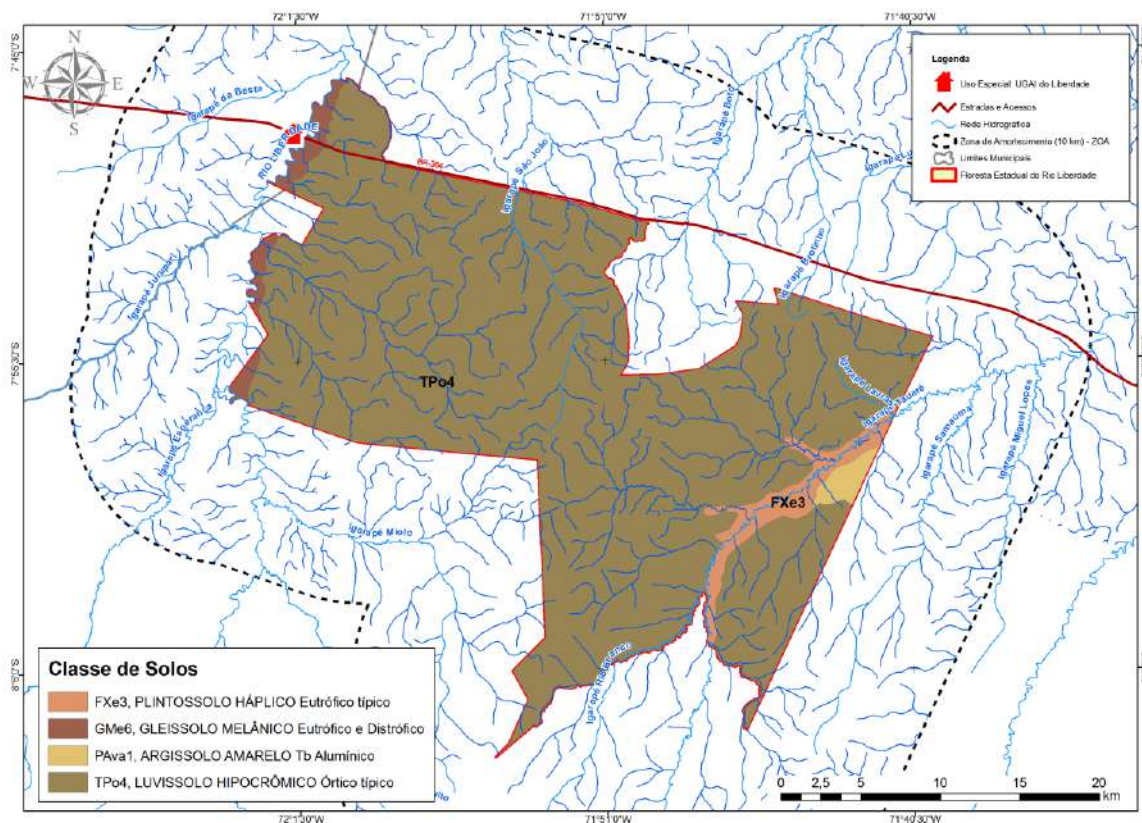


Figura 20: Mapa de localização dos tipos de solos encontrados na FEL.

4.3.3.2 Hidrografia

O Estado do Acre é drenado por extensos rios de direção geral Sudeste – Nordeste todos pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas. Uma das características comuns dos rios são o paralelismo e as mudanças de direção dos seus cursos, resultantes de falhas e fraturas. A rede de drenagem é bem distribuída correndo sobre rochas sedimentares, de modo que não se formam cachoeiras (ACRE, 2000). O Estado é coberto por duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Purus e a do Rio Juruá.

O Estado do Acre está dividido em seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos/UGRH, de acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos/PLERH, são elas: Abunã, Acre-Iquiri, Alto Purus, Envira-Jurupari, Alto Juruá e Tarauacá.

A bacia hidrográfica do Rio Liberdade é de domínio da União, pois encontra-se localizada nos Estados do Acre e Amazonas, como pode ser visto na Figura 21 abaixo.

Dos principais cursos d'água identificados dentro da FEL os mais relevantes é o rio Liberdade e os igarapés Tauari e São João.

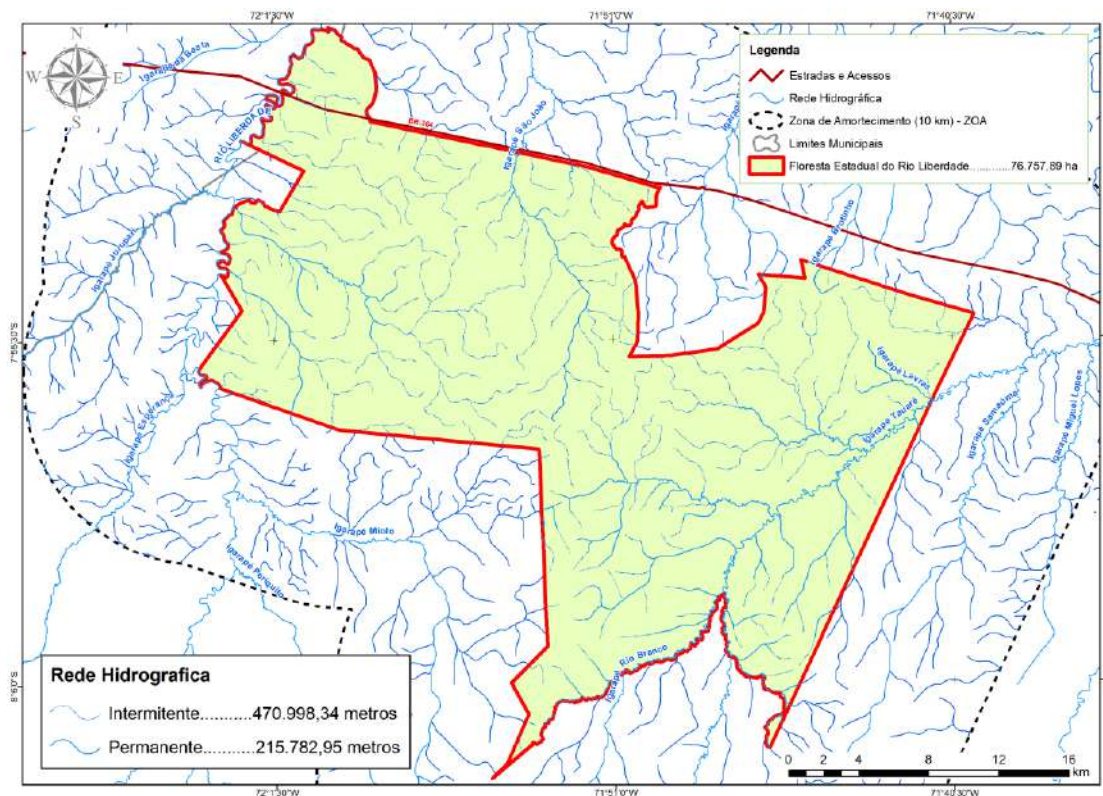


Figura 21: Identificação da bacia e da rede hidrográfica da FEL.

4.3.3.3 Vegetação

As tipologias florestais encontradas na FEL, segundo dados do ZEE (Acre, 2006), são caracterizadas na Figura 22 abaixo.

Observa-se a predominância da vegetação **Floresta Aberta com Palmeira associada com Floresta Densa e Floresta Aberta com Bambu** (FAP + FD + FAB) cobrindo 76,7% da área total da FEL. Em menor proporção, ocorrem também outras fisionomias como descrito na Tabela 7. Nota-se que a área antropizada corresponde a aproximadamente 3,3% da área total da unidade de conservação.

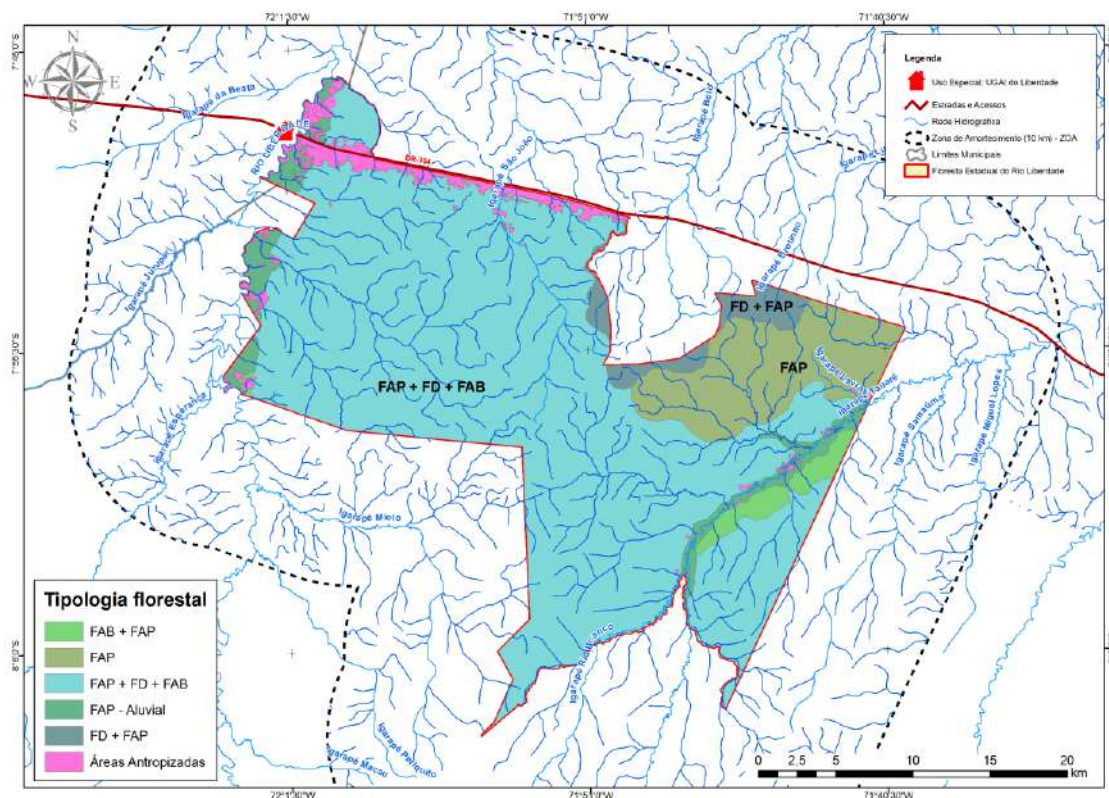


Figura 22: Caracterização da vegetação da FEL segundo o ZEE do Estado do Acre.

4.3.4 Socioeconômico

A caracterização socioeconômica da FEL e do Entorno foi obtida através do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEL e Entorno, do Plano de Manejo da Unidade.

A população é composta por 197 famílias legalmente cadastradas e reconhecidas pelo órgão gestor da UC. Elas ocupam lotes de aproximadamente 100 ha localizados ao longo dos rios Gregório e Liberdade e da BR 364 (Figura 19), numa zona definida com Zona Populacional no Plano de Manejo.

4.3.5 Educação

No intuito de levantar a atual situação da educação na unidade, foram realizadas conversas com a SEMA e com os moradores da área, além dos dados obtidos no diagnóstico das escolas realizados pelo órgão gestor, culminando na apresentação das informações abaixo. A Floresta Estadual conta com onze escolas identificadas na Quadro 8 e localizadas na Figura 23 abaixo.

Quadro 8: Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Rio Liberdade.

Escolas da Floresta Estadual do Rio Liberdade e seu Entorno	
1	Escola Estadual Rural Princesa da Floresta
2	Escola de Ensino Fundamental Aurélio Pereira de Brito - Anexo II (Figura 20)
3	Escola Estadual Aurélio Pereira de Brito – Sede
4	Escola Estadual de Ensino Fundamental Cruzeiro do Sul
5	Escola Rural
6	Escola Estadual Mauricio Mares
7	Escola Magia do Saber
8	Escola São José
9	Escola Santa Rita
10	Escola Extrema
11	Escola Aurelino Pereira de Brito Anexo V

Mesmo assim, em virtude das dificuldades de acesso às escolas e da necessidade de trabalhar, principais motivos que levam a população a deixar os estudos, a demanda não é efetivamente atendida. Nas visitas realizadas as escolas foram encontrados vários problemas:

- a) **Infraestrutura inadequada:** número de salas de aula insuficiente; falta de água encanada e banheiros;
- b) **Merenda escolar:** pouca quantidade de merenda escolar;
- c) **Transporte Escolar:** número ineficiente de transporte terrestre e fluvial, ausência de itens de segurança no transporte fluvial, péssimas condições dos transportes escolares;
- d) **Mobiliários, Equipamentos e Materiais Escolares:** mobiliários, equipamentos e materiais didáticos escassos e em péssimas condições.

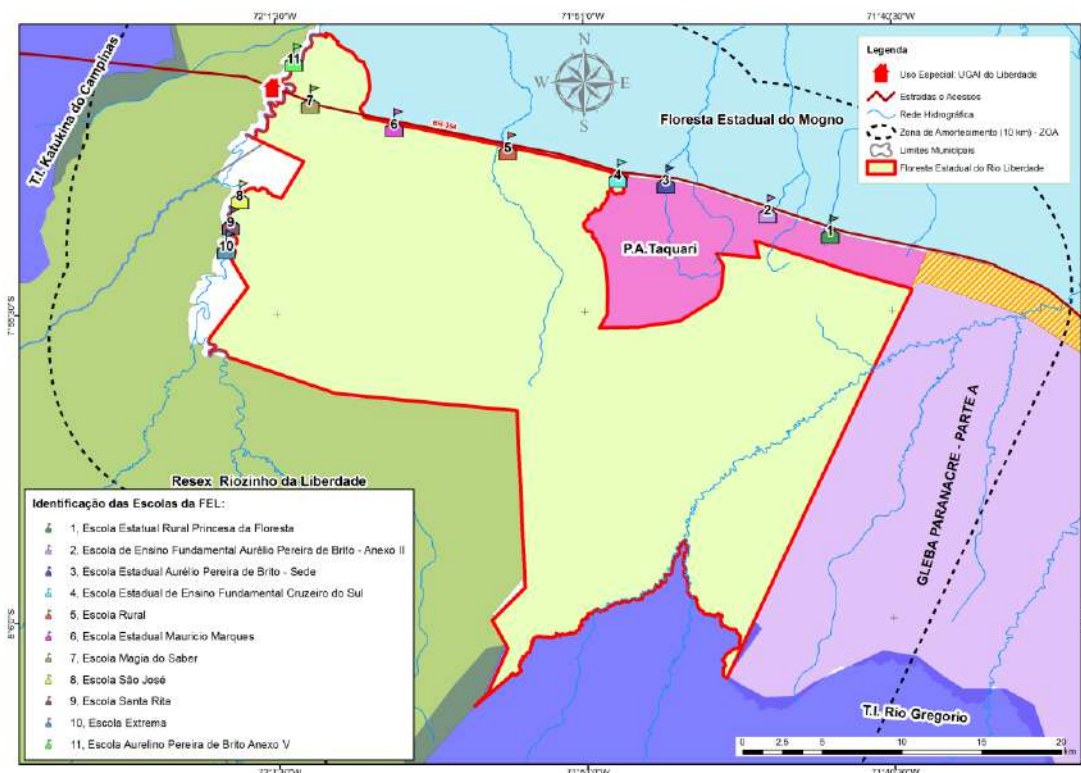


Figura 23: Distribuição das escolas na FEL e no entorno.

Quanto ao perfil educacional dos moradores da FEL é possível verificar a predominância de baixa escolaridade, sendo que 63% da população entrevistada tem apenas ensino fundamental incompleto de 1º a 9º ano, 11% tem ensino superior incompleto, 6% tem ensino médio completo, 2% tem ensino superior incompleto, 1% tem ensino superior completo e 17% dos entrevistados são analfabetos. Aproximadamente 45% dos entrevistados não estão frequentando a escola no presente momento, tendo deixado de estudar para trabalhar ou por dificuldade de acesso. Assim sendo, 55% dos entrevistados frequentaram a escola por um período máximo de um a cinco anos.



Figura 24: Escola Magia do Saber (acima), Escola de Ensino Fundamental Aurélio Pereira de Brito – Anexo II (Direita) e Escola Maurício Mares (Esquerda).

4.3.6 Saúde

O Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório dispõe de dois postos de saúde, um localizado na FE do Rio Liberdade e o outro localizado na FE do Mogno, ambos contam apenas com medicamentos de primeiros socorros. Na Figura 25 mostra o Posto de Saúde da FEL, localizado próximo ao rio Liberdade.

Anualmente o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, realiza o “Projeto Saúde Itinerante” nas UGAIs, no intuito de levar atendimento médico, odontológico e laboratorial aos moradores do CFERG e entorno (Figura 26).



Figura 25: Posto de Saúde da FEL, localizado próximo ao rio Liberdade.



Figura 26: Atendimento do Programa Saúde Itinerante.

No que tange à saúde a população reclama da ausência de médicos, enfermeiros, medicação e de atendimentos médicos e odontológicos periódicos nos postos de saúde do CFERG.

De acordo, com os dados levantados 53% dos entrevistados afirmam ter adoecido no último ano. As principais doenças relatadas foram: gripe (53%), malária (33%) e hepatite (8%) . O principal aspecto negativo é o alto índice de alcoolismo, apesar de não declarado, mas identificado dos atendimentos médicos realizados. Apenas 3% dos entrevistados declararam ser ou ter algum membro da família com deficiência física ou mental.

A partir dos relatos e das informações coletadas junto ao Projeto Saúde Itinerante, apresentamos uma relação de doenças mais comuns na FEL, sendo elas: gripe, malária, gastrite, hepatite, alcoolismo, desnutrição, hipertensão, picadas de cobra, verminose e dengue.

Os dois principais pontos encontrados são: a alta ocorrência de doenças crônicas (19%); e, o fato de 100% das mulheres grávidas, no último ano, terem realizado o pré-natal. Segundo dados obtidos no diagnóstico, 47% dos entrevistados se deslocaram aos municípios vizinhos a procura de atendimento médico, no último ano.

4.3.7 Benfeitorias

Os órgãos de regularização fundiária consideram benfeitorias a casa de moradia e demais construções necessárias para a produção agroextrativista e criação de pequenos e médios animais. As principais benfeitorias encontradas nas áreas são: casas de moradia, galinheiros, currais e cercas divisórias. Construídas com diversos materiais, tais como: paxiúba, madeira serrada, madeira beneficiada, cobertas com palha, zinco, fibroamianto e lonas de PVC.



Figura 27: Casa construída a partir do Crédito Instalação do INCRA.

Na FE do Rio Liberdade aproximadamente 80% das casas são construídas com madeira beneficiada e coberta de telha, pertencentes às famílias que acessaram o Crédito Instalação do INCRA através da Associação São Francisco do Rio Liberdade (Figura 27). Em virtude do crédito também, essas casas têm banheiros e fossas sépticas. O restante das habitações da FE é construída com paxiúba, cobertas com zinco ou palha e não dispõe de banheiro (Figura 28).



Figura 28: Perfil das habitações que ainda não acessaram o Crédito Instalação, na FEL.

Quanto ao aspecto habitacional é possível identificar as características básicas da zona rural do Estado do Acre, compostas por casas simples de madeira. Outras benfeitorias identificadas nas propriedades foram: cerca, cacimba, casa de farinha, açudes e galinheiros. A existência dos açudes mostra um potencial para a piscicultura, mas que na atualidade este item somente aparece como elemento de consumo das famílias.

A SEMA vem buscando disponibilizar e ampliar os serviços públicos básicos e o acesso a créditos na FEL, de maneira a permitir o desenvolvimento das comunidades residentes. Atualmente, o órgão articulou junto ao Banco do Brasil o acesso ao Crédito Nacional da Habitação Rural para os moradores da Floresta Estadual do Rio Liberdade.

4.3.8 Produção

De acordo com o levantamento as principais atividades produtivas na FEL são a agricultura familiar e a criação de animais, com destaque para a produção de galinhas para venda e autoconsumo. A totalidade das famílias entrevistadas dedica-se à criação e venda de pequenos animais, tais como: porcos e galinhas (Figura 29). Porém, também aparece à criação de bovinos e peixes, este último se apresenta como um produto potencial para a ampliação e diversificação da renda na unidade familiar.

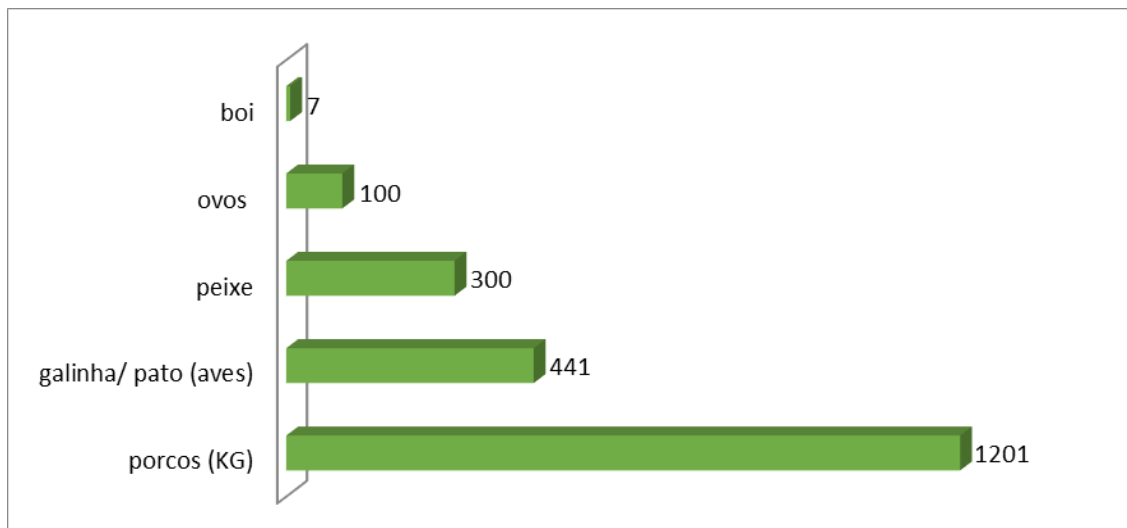


Figura 29. Produção comercializada pelos moradores da FEL.

Os produtos agroextrativistas com maiores destaques são o cultivo e da mandioca para produção de farinha, banana comprida e milho (Figura 30). O levantamento demonstra claramente à tendência a realização de uma produção diversificada, com produtos como a açaí e buriti, sendo que boa parte desta produção é destinada ao autoconsumo.

Conforme observado nos questionários à limpeza da área e preparo do solo, geralmente são tarefas desenvolvidas pelos homens, sendo que nas demais atividades (plantio e colheita) toda a família é envolvida.

No que se refere, à produção agrícola e a criação de animais, não existe mão-de-obra assalariada na FEL. Porém, os moradores não costumam estabelecer parcerias no período de plantio e coleta da produção agrícola.

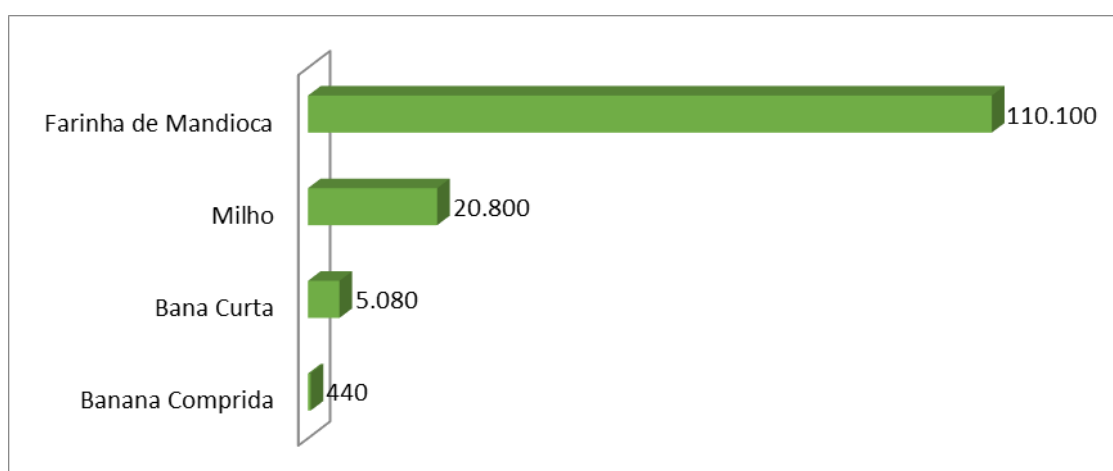


Figura 30: Produção agrícola comercializada.

Segundo relatos o principal mercado para os produtos da Floresta Estadual é o município de Cruzeiro do Sul, sendo que 40% dos moradores entrevistados utilizam como meio de transporte

para escoar a produção o fretamento de carros e 30% utilizam barco, gastando em média 2 horas para chegar ao destino final.

4.3.9 Renda Familiar

As condições econômicas da FE do Rio Liberdade apresentam características de população agrícola. Observa-se na composição da renda familiar que existe um predomínio da agricultura com 72% da renda total das famílias. Os produtos agrícolas de destaque na FE do Rio Liberdade são o milho com 9% e a farinha de mandioca com 58% de participação na composição da renda da propriedade. O destaque do milho se deve ao fato de que este serve de alimento para os animais e gera renda para comprar os produtos não produzidos no lote. Quanto à mandioca se explica pela necessidade de autoconsumo e a renda gerada na sua venda.

O extrativismo aparece como renda residual e de autoconsumo, onde se verifica uma clara perda de importância do extrativismo na composição da renda familiar da FE do Rio Liberdade. Lembrando que este efeito não é registrado somente nesta região. Os baixos preços destes produtos têm induzido os pequenos produtores a diversificar a produção ou a investirem mais em produtos agrícolas do que extrativos.

As criações representam 28% da renda, sendo que a maior importância é a criação de pequenos animais como as galinhas, não apresentando tendência à pecuarização uma vez que a criação de gado bovino aparece apenas como complemento alimentar e de reserva de valor de alta liquidez em caso de emergência.

A composição da renda mensal total dos moradores da Floresta Estadual do Rio Liberdade tem outros componentes como autoconsumo, assalariamento e transferência de renda (programas de Governo como Bolsa Família). Assim a produção representa R\$ 322,70, cerca de 31,00% da renda total. O assalariamento representa 37,87% do total da renda, ou seja, R\$ 394,28 por mês, o que preocupa por ser superior à renda da produção. A dependência de transferências governamentais representa 22,97% da composição da renda total, ou seja, R\$ 239.11 por mês. É importante ressaltar a participação do autoconsumo que representa 8,16% da composição da renda total, uma vez que produtos como carne, bovina, caça, peixe, galinhas e ovos são produzidos e consumidos na unidade de produção.

4.4 Floresta Estadual do Rio Gregório

Quadro 9: Identificação da Propriedade.

Proprietário:	Governo do Estado do Acre
Gestor:	SEMA
Denominação:	FLORESTA ESTADUAL DO RIO GREGÓRIO
Área Total:	212.383,5153 hectares
Decreto de Criação:	Decreto Estadual 9.718 de 09 de março de 2004
Município:	Tarauacá UF: Acre
Localização:	Floresta Estadual do Rio Gregório, Margem direita da BR 364 – sentido Tarauacá/ Cruzeiro do Sul

4.4.1 Limites e confrontantes

Quadro 10: Confrontantes e limites da Floresta Estadual do Rio Gregório.

CONFRONTANTES	
NORTE	Linha Cunha Gomes, Divisa com o Estado do Amazonas
SUL	BR 364 , Área Doada Fazenda Paranacre, Fazenda Paranacre
LESTE	Rio Acuraua, Assentamentos do INCRA
OESTE	Rio Gregório e FE Mogno

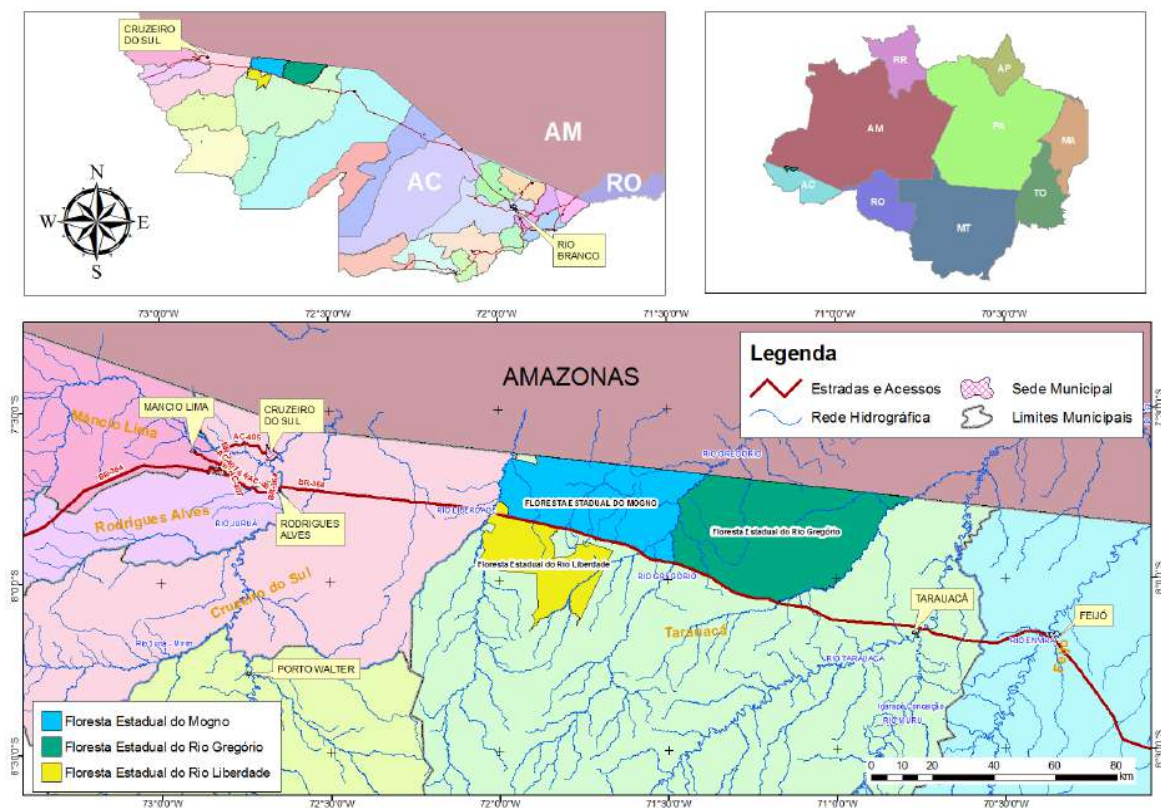
4.4.2 Localização e Acesso

A área da Floresta Estadual do Rio Gregório está localizada no município de Tarauacá, a noroeste do Estado do Acre, com as coordenadas geográficas de referência:

S 08° 04' 11,78"

W 71 10' 41,38"

O acesso principal e mais utilizado à área se dá a partir de Rio Branco-AC, seguindo pela Rodovia BR-364, sentido Cruzeiro do Sul, percorrendo aproximadamente 450 km chega aos limites da FEG no rio Acuraua, como mostra a Figura 31. A partir de Cruzeiro do Sul, sentido Rio Branco, percorre-se aproximadamente 150 km chega aos limites da FEG no rio Gregório. Na Figura abaixo pode-se ver o acesso as florestas que compõe o Complexo de Florestas do Rio Gregório.



4.4.3 Meio Físico, Biótico e Abiótico

4.4.3.1 Solos

De acordo com mapa pedológico do Estado e estudos do ZEE, existem 10 tipos de solo na FEG, onde o tipo predominante é classificado como Cambissolo Háplico Ta Eutrófico com 45,1% de ocorrência. Outro solo participam em menor proporção como: Argissolo Vermelho Distrófico Típico (13,8%); Luvissole Hipocrômico Órtico (13,7%); Luvissole Hipocrômico Órtico Típico (12,8%); Neossolo Flúvico Tb Eutrófico Típico (4,8%); Plintossolo Háplico Eutrófico Típico (3,8%); Argissolo Amarelo Tb Alumínico (2,0%); Cambissolo Háplico Ta Eutrófico (1,9%); Argissolo Vermelho Distrófico Plíntico (1,7%) e Luvissole Hipocrômico Órtico Típico (0,4%).

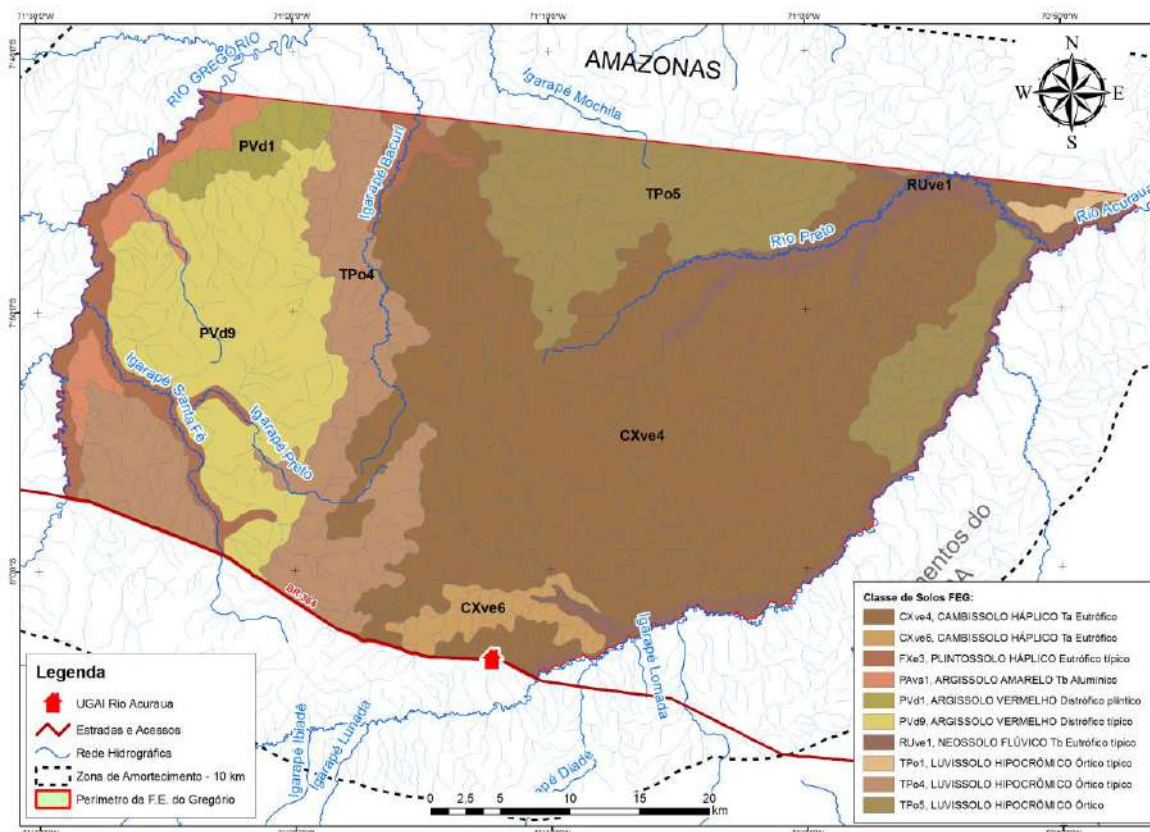


Figura 32: Mapa de localização dos tipos de solos encontrados na FEG.

4.4.3.2 Hidrografia

O Estado do Acre é drenado por extensos rios de direção geral Sudeste – Nordeste todos pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas. Uma das características comuns dos rios são o paralelismo e as mudanças de direção dos seus cursos, resultantes de falhas e fraturas. A rede de drenagem é bem distribuída correndo sobre rochas sedimentares, de modo que não se formam cachoeiras (ACRE, 2000). O Estado é coberto por duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Purus e a do Rio Juruá.

A Floresta Estadual do Rio Gregório está inserida na bacia hidrográfica do Rio Juruá e micro-bacias do rio Gregório, que fazem os limites leste e oeste da Floresta, como pode ser visto na Figura 33 abaixo.

A rede hidrográfica que corta a área é bastante característica da região amazônica, onde todos os cursos d'água apresentam um caráter meândrico, sendo que aproximadamente 56% dos igarapés secam totalmente durante os meses de estiagem (intermitentes), enquanto que 44% são permanentes. Na Tabela 6 apresenta-se a identificação dos cursos d'água encontrados na FE, distribuídos por regime hídrico, totalizando 2.290 km. Dos principais cursos d'água identificados dentro da FE Rio Gregório os mais relevantes são rio Gregório, Rio Acuraua, rio Preto, igarapé Santa Fé e igarapé Bacuri.

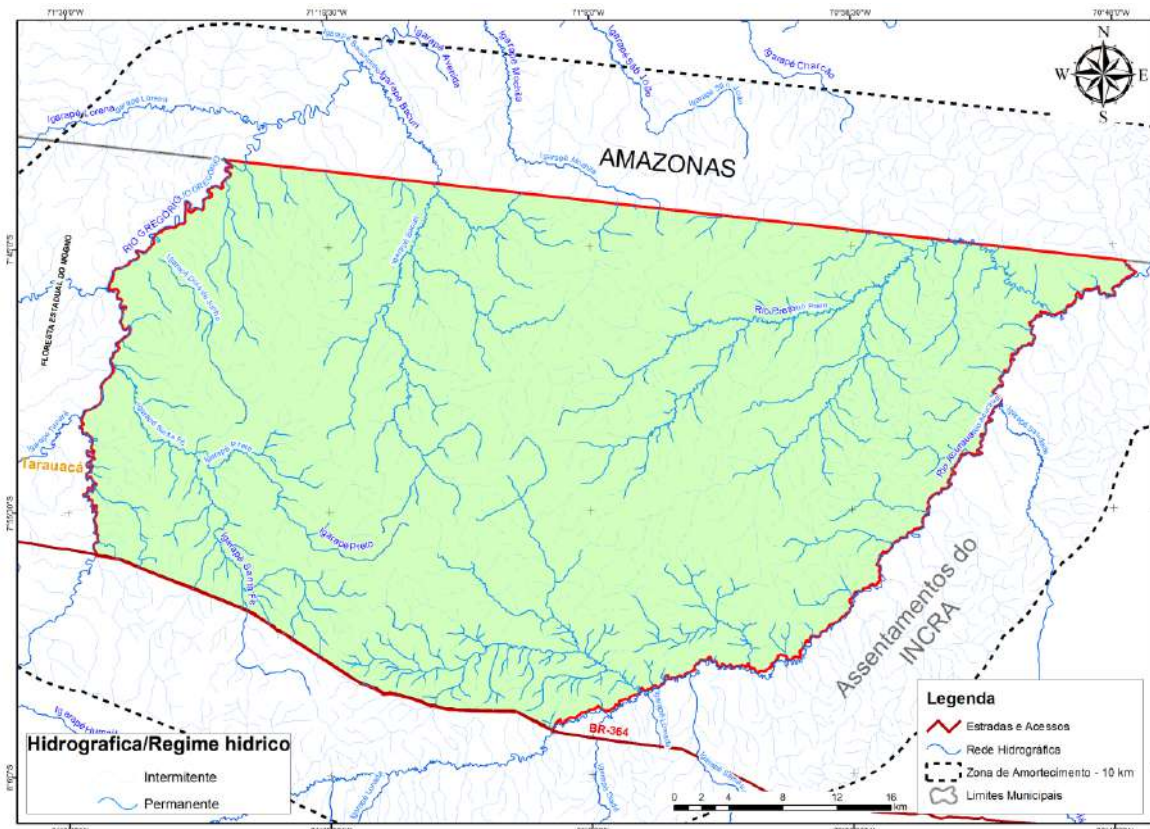


Figura 33: Identificação da bacia hidrográfica.

4.4.3.3 Vegetação

As tipologias florestais encontradas na FEG, segundo dados do ZEE (Acre, 2006), são as listadas na Tabela 9 e caracterizadas na Figura 34 abaixo. Dentre as tipologias destaca-se a **Floresta Aberta com Bambu associada com Floresta Densa** que cobre cerca de 71,07% da área da Floresta, sendo que as outras tipologias apresentaram cobertura abaixo de 10%: Floresta Aberta com Palmeira associada com Floresta Densa (0,79%); Floresta Aberta com Bambu Denso (2,49%); Floresta Aberta com Bambu associada com Floresta Aberta com Palmeira (2,63%); Floresta Aberta com Palmeira (3,35%); Floresta Aberta com Palmeira associada com Floresta Aberta com Bambu (8,09%) e Floresta Aberta com Palmeira Aluvial (9,35%). Destaca-se ainda que a Área antropizada, caracterizada pela remoção da cobertura florestal (desmatamento), apresentou 2,23% da área total.

Tabela 9: Classificação da vegetação encontrada na Floresta Estadual do Rio Gregório, segundo ZEE (Acre, 2006).

Rótulos de Linha	Descrição	Participação (%)
FAP + FD	Floresta Aberta com Palmeira associada com Floresta Densa	0,79%
Áreas Antropizadas	Área antropizada, caracterizada pela remoção da cobertura florestal (desmatamento)	2,23%
FABD	Floresta Aberta com Bambu Denso	2,49%
FAB + FAP	Floresta Aberta com Bambu associada com Floresta Aberta com Palmeira	2,63%
FAP	Floresta Aberta com Palmeira	3,35%
FAP + FAB	Floresta Aberta com Palmeira associada com Floresta Aberta com Bambu	8,09%
FAP - Aluvial	Floresta Aberta com Palmeira Aluvial	9,35%
FAB + FD	Floresta Aberta com Bambu associada com Floresta Densa	71,07%
Total Geral		100,00%

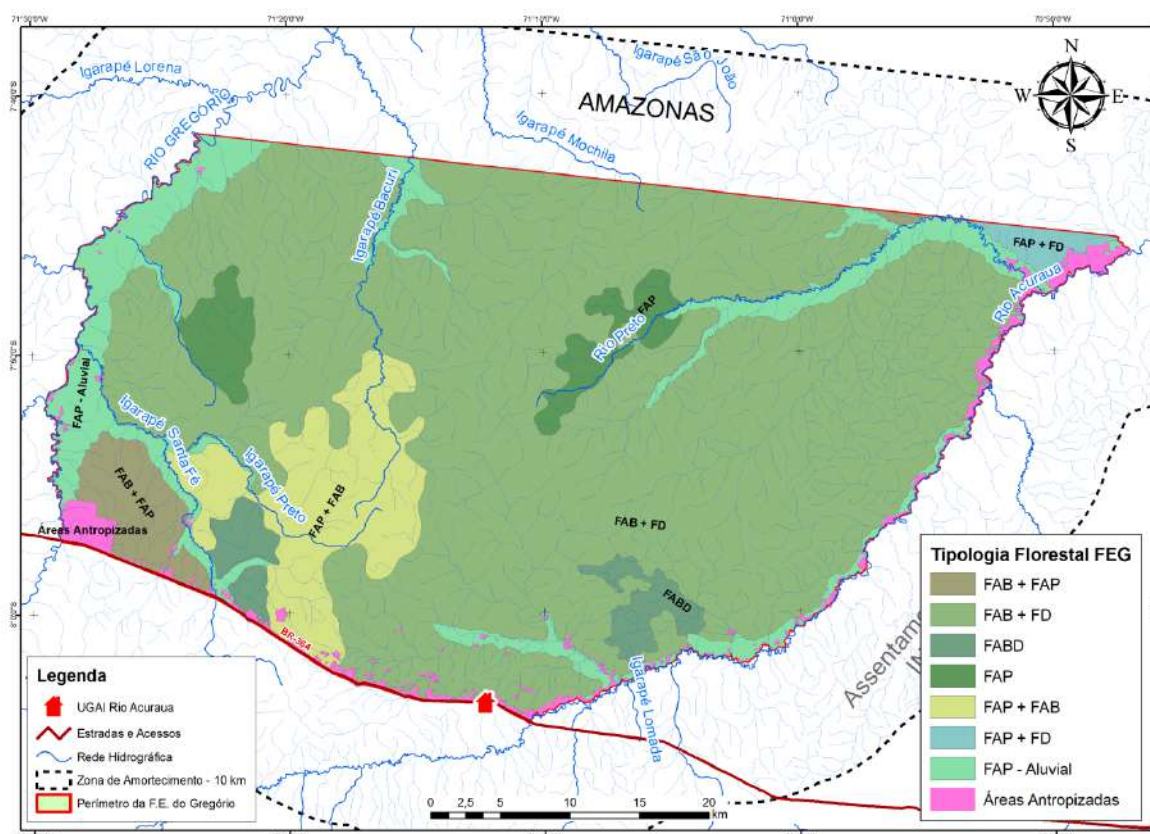


Figura 34: Caracterização da vegetação da FEG segundo o ZEE do Estado do Acre.

4.4.4 Socioeconômico

A caracterização socioeconômica da FEL e do Entorno foi obtida através do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da FEL e Entorno, documento que compõe volume I do Plano de Manejo da Unidade, que se encontra em fase de revisão.

A população é composta por 190 famílias legalmente cadastradas e reconhecidas pelo órgão gestor da UC. Elas ocupam lotes de aproximadamente 100 ha localizados ao longo dos rios Gregório e Liberdade e da BR 364, numa zona definida com Zona Populacional no Plano de Manejo.

4.4.4.1 Educação

No intuito de levantar a atual situação da educação na unidade, foram realizadas conversas com a SEMA e com os moradores da área, além dos dados obtidos no diagnóstico das escolas realizados pelo órgão gestor, culminando na apresentação das informações abaixo. A Floresta Estadual conta com seis (06) escolas identificadas na Quadro 11 e localizadas na Figura 35 abaixo.

Quadro 11: Identificação das escolas que atendem a Floresta Estadual do Rio Gregório.

Escolas da Floresta Estadual do Rio Gregório e seu Entorno	
1	Escola Santa Terezinha-Anexo I
2	Escola Santa Terezinha - Anexo III
3	Escola
4	Escola Municipal Pedro Zumba da Silva
5	Escola Municipal Pedro Zumba da Silva - Anexo VII
6	Escola Municipal Pedro Zumba da Silva - Anexo VIII

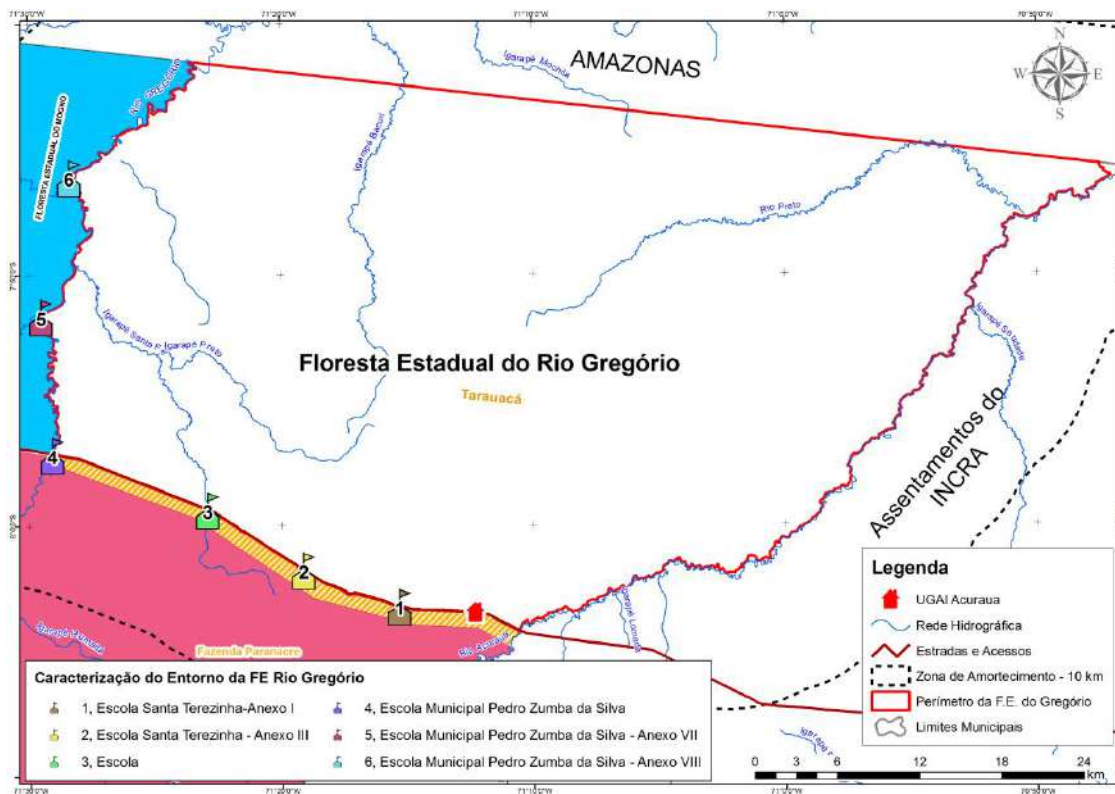


Figura 35: Distribuição das escolas na FEG.

Mesmo assim, em virtude das dificuldades de acesso às escolas e da necessidade de trabalhar, principais motivos que levam a população a deixar os estudos, a demanda não é efetivamente atendida. Nas visitas realizadas as escolas foram encontrados vários problemas:

- Infraestrutura inadequada:** número de salas de aula insuficiente; falta de água encanada e banheiros;
- Merenda escolar:** pouca quantidade de merenda escolar;
- Transporte Escolar:** número ineficiente de transporte terrestre e fluvial, ausência de itens de segurança no transporte fluvial, péssimas condições dos transportes escolares;
- Mobiliários, Equipamentos e Materiais Escolares:** mobiliários, equipamentos e materiais didáticos escassos e em péssimas condições.



Figura 36: Escola Santa Terezinha-Anexo I (acima), Pedro Zumba da Silva (direita) e Escola Estadual 15 de Junho (esquerda), FEG.

Quanto ao perfil educacional dos moradores da FEG é possível verificar a predominância de baixa escolaridade, sendo que 53% da população entrevistada tem apenas ensino fundamental incompleto (Figura 37). O índice de analfabetismo é de 22%, sendo que aproximadamente 45% dos entrevistados não estão frequentando a escola no presente momento, tendo deixado de estudar para trabalhar ou por dificuldade de acesso. Assim sendo, 55% dos entrevistados declararam que frequentaram a escola por um período de um a três anos.

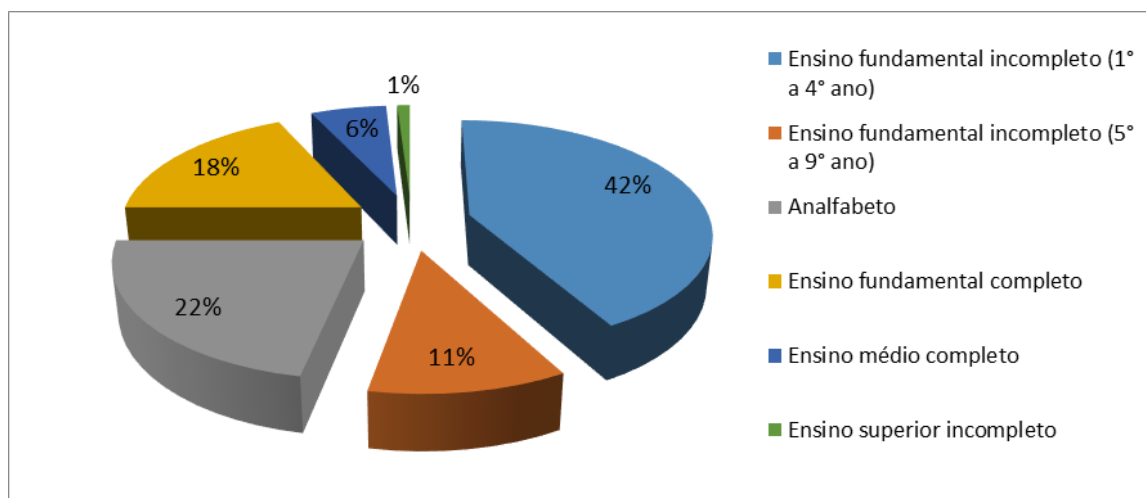


Figura 37: Nível de escolaridade dos moradores da FEG.

4.4.4.2 Saúde

O Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório dispõe de dois postos de saúde, um localizado na FE do Rio Liberdade e o outro localizado na FE do Mogno, ambos contam apenas com medicamentos de primeiros socorros.

Anualmente o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, realiza o “Projeto Saúde Itinerante” nas UGAIs, no intuito de levar atendimento médico, odontológico e laboratorial aos moradores do CFERG e entorno.

No que tange à saúde a população reclama da ausência de médicos, enfermeiros, medicação e de atendimentos médicos e odontológicos periódicos nos postos de saúde do CFERG.

De acordo, com os dados levantados 64% dos entrevistados afirmam ter adoecido no último ano. As principais doenças relatadas foram: gripe (55%), malária (36%) e hepatite (12%). O principal aspecto negativo é o alto índice de alcoolismo, apesar de não declarado, mas identificado dos atendimentos médicos realizados. 4% dos entrevistados declararam ser ou ter algum membro da família com deficiência física ou mental.

A partir dos relatos e das informações coletadas junto ao Projeto Saúde Itinerante, apresentamos uma relação de doenças mais comuns na FEG, sendo elas: gripe, malária, hepatite, alcoolismo, dengue, hipertensão, picadas de cobra, verminose e desnutrição.

Os dois principais pontos positivos, encontrados são: a baixa ocorrência de doenças crônicas (9%); e, o fato de 87% das mulheres grávidas, no último ano, terem realizado o pré-natal.

Porém, segundo dados obtidos no diagnóstico, 52% dos entrevistados se deslocaram aos municípios vizinhos a procura de atendimento médico, no último ano.

4.4.4.3 Benfeitorias

Os órgãos de regularização fundiária consideram benfeitorias a casa de moradia e demais construções necessárias para a produção agroextrativista e criação de pequenos e médios animais. As principais benfeitorias encontradas nas áreas são: casas de moradia, casas de farinha, cacimbas, açudes, galinheiros, currais e cercas divisórias. Construídas com diversos materiais, tais como: paxiúba, madeira serrada, madeira beneficiada, cobertas com palha, zinco, fibroamianto e lonas de PVC.

Na FE do Rio Gregório apenas 65% das casas são construídas com madeira beneficiada e coberta de telha, pertencentes às famílias que acessaram o Crédito Instalação do INCRA através das Associações de Moradores (Marmoré Maracanã, Rio Gregório e BR 364 e Acuraua) (Figura 38). Em virtude do crédito também, essas casas têm banheiros e fossas sépticas. O restante das

habitações da FEG (35%) é construída de paxiúba, cobertas com zinco ou palha, como mostra a Figura 39.

A SEMA vem buscando disponibilizar e ampliar os serviços públicos básicos e o acesso a créditos na FEG, de maneira a permitir o desenvolvimento das comunidades residentes. Atualmente, o órgão articulou junto ao Banco do Brasil o acesso ao Crédito Nacional da Habitação Rural para os moradores da Floresta Estadual do Rio Gregório.



Figura 38: Casa construída a partir do Crédito Instalação do INCRA.



Figura 39: Perfil das habitações tradicionais na FEG.

4.4.4.4 Produção

De acordo com o levantamento as principais atividades produtivas na FE do Rio Gregório são a agricultura familiar e a criação animais. A totalidade das famílias entrevistadas dedica-se à criação e venda de pequenos animais, tais como: peixes, porcos, galinhas e gado.

O levantamento demonstra claramente à tendência a realização de uma produção agrícola associada à criação de pequenos animais, mas também uma tendência à diversificação da produção com produtos como milho, banana, abacaxi e pimenta, sendo que boa parte desta produção é destinada ao autoconsumo (Figura 40).

Conforme observado nos questionários à limpeza da área e o preparo do solo, geralmente são tarefas desenvolvidas pelos homens, sendo que nas demais atividades (plantio e colheita) toda a família é envolvida.

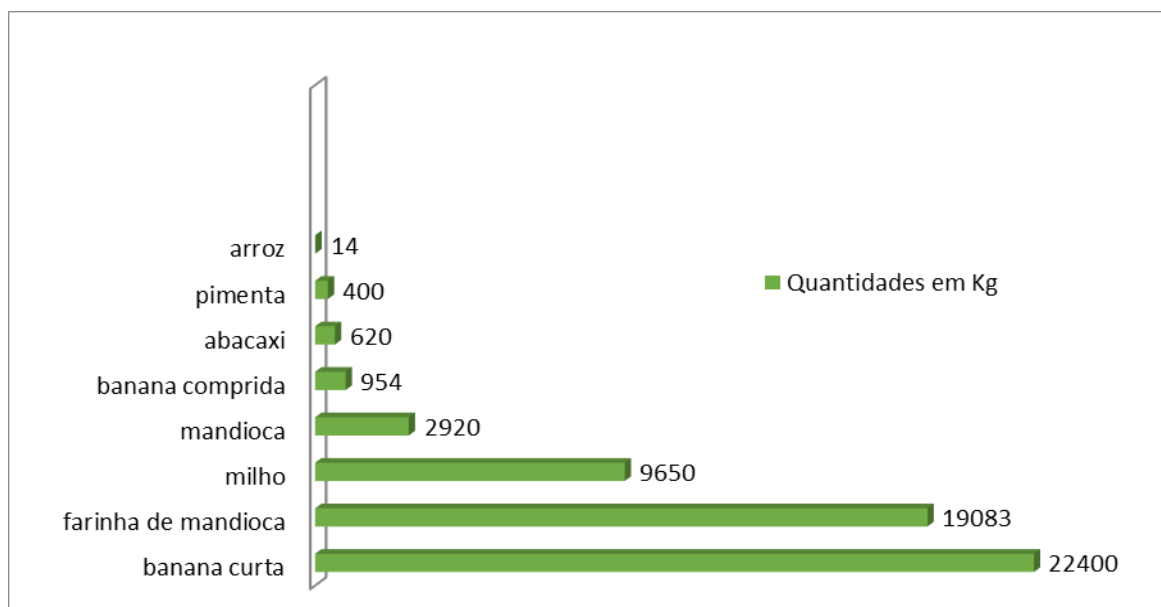


Figura 40. Produção comercializada.

O principal mercado para os produtos da região é o município de Tarauacá, onde 100% dos entrevistados declararam vender seus produtos, sendo que 70% utilizam como principal meio de transporte para o escoamento da produção o fretamento de carros, gastando em média uma hora e meia para chegar ao destino final.

Na Figura 41 apresenta-se as criações comercializadas pela população entrevistada, com destaque para de boi e porcos.

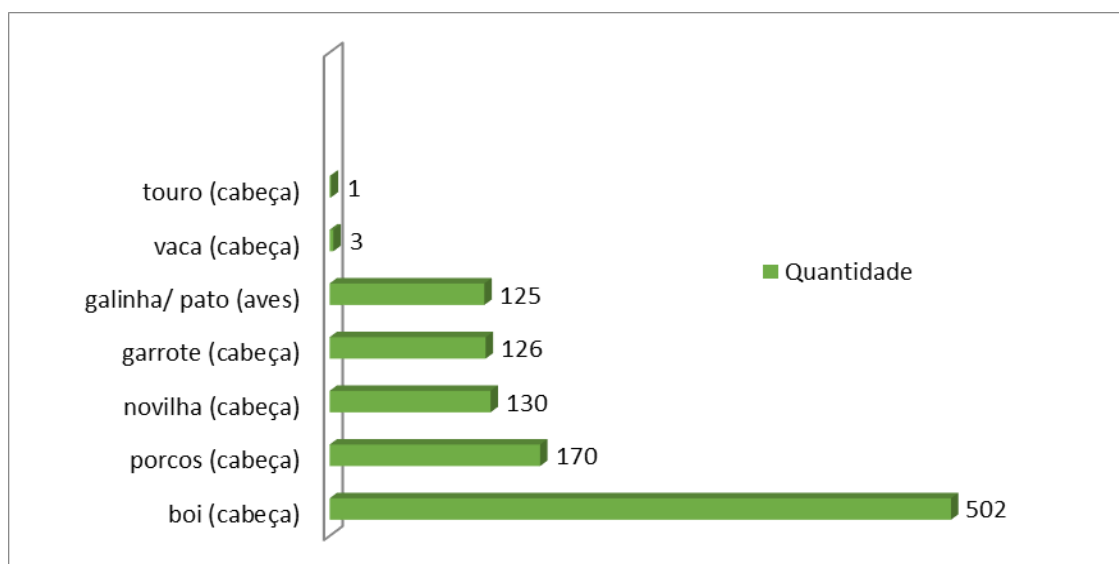


Figura 41. Animais criados e vendidos pelos moradores da FEG.

No que se refere, à produção agrícola e a criação de animais, não existe mão-de-obra assalariada na FEG. Alguns moradores costumam estabelecer parcerias durante as atividades produtivas.

4.4.4.5 Renda Familiar

As condições econômicas da FEG apresentam características de população agrícola. Observa-se na composição da renda familiar que existe um predomínio da agricultura com 70% da renda total das famílias. Os produtos agrícolas de destaque na FEG são o milho com 12% e a farinha de mandioca com 38% de participação na composição da renda da propriedade. O destaque do milho se deve ao fato de que este serve de alimento para os animais e gera renda para comprar os produtos não produzidos no lote. Quanto à mandioca se explica pela necessidade de autoconsumo e a renda gerada na sua venda.

As criações representam 30% da renda, sendo que a maior importância é a criação de pequenos e médios animais como as galinhas, patos e porcos, não apresentando tendência à pecuarização uma vez que a criação de gado bovino aparece apenas como complemento alimentar e reserva de valor de alta liquidez em caso de emergência.

Na Tabela 10 abaixo apresenta-se a composição da renda oriunda da produção da unidade familiar.

Tabela 10: Composição da Renda Familiar Mensal, oriunda da produção na FE Rio Gregório, ano base 2012.

Linha de exploração	Valor R\$	Participação (%)
3. Agricultura e derivados	151,82	69,98%
<i>Mandioca</i>	3,84	1,77%
<i>Farinha de mandioca</i>	83,70	38,58%
<i>Milho</i>	27,09	12,49%
<i>Banana</i>	23,92	11,03%
<i>Outros</i>	13,27	6,12%
4. Criações	65,14	30,02%
Total	216,96	100,00%

A composição da renda mensal total dos moradores da Floresta Estadual do Rio Gregório tem outros componentes além da produção como autoconsumo, assalariamento e transferência de renda (programas de Governo como Bolsa Família). Assim a produção representa R\$ 216,96, cerca de 32,82% da renda total. O assalariamento representa 29,63% do total da renda, ou seja, R\$ 195,86 por mês. A dependência de transferências governamentais representa 31,22% da composição da renda total, ou seja, R\$ 206,40 por mês. Importante ressaltar a participação do autoconsumo que representa 9% da composição da renda total, uma vez que produtos como carne, bovina, caça, peixe, galinhas e ovos são produzidos e consumidos na unidade de produção. A Tabela 11 abaixo demonstra que a renda total média dentro da FE do Rio Gregório fica em **R\$ 661,10**.

Tabela 11: Renda Total mensal das Unidades Familiares da FEG.

Componente da renda	Valor (R\$)	Participação (%)
Autoconsumo	41,88	6,33
Assalariamento	195,86	29,63
Transferência	206,40	31,22
Renda da propriedade	216,96	32,82
Total	R\$ 661,10	100%

A principal característica da composição da renda das famílias da FE do Rio Gregório é o equilíbrio entre os componentes assalariamento, transferência e renda da propriedade com aproximadamente 30% cada.

4.5 Convergência com a Faixa de Fronteira

O PAOF 2017 inclui a Floresta Estadual do Antimary, localizada na faixa de fronteira. No entanto, a consulta ao Conselho de Defesa Nacional já está sendo providenciada.

5 Mecanismos de Acessibilidade

A acessibilidade ao processo de concessão por empresas de pequeno porte, médio e grande porte, foi prevista na Lei nº 11.284/2006, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no país. O estabelecimento de parâmetros para a definição de tamanhos das unidades de manejo deve considerar as peculiaridades regionais, incluindo a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta, assim como a estrutura, zoneamento da UC, porte e capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos objetos da concessão.

A SEMA considerará os parâmetros definidos pelo SFB para o cálculo do tamanho das Unidades de Produção Anual (UPA) e da área total de Unidades de Manejo Florestal (UMF), a serem consideradas nas áreas a concessionar, quais sejam:

- a) Consumo médio anual em toras (m³);**
- b) Intensidade de exploração (m³/ha) e ciclo de corte permitidos pela legislação florestal (IN Nº 05/2006-MMA);**
- c) Área da UPA suficiente para a produção da demanda anual em toras, incluindo previsão de áreas para a rede viária e áreas de preservação permanente;**
- d) Área de Reserva Absoluta de 5%, como previsto pelo art. 32, da Lei nº 11.284/2006.**

As classes de tamanho a serem consideradas no planejamento de UMF, envolvendo produção de madeira a serem concedidas no âmbito deste PAOF, serão as que se apresentam na abaixo.

Tabela 12. Tamanho das Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2017

<i>Porte das Empresas</i>	<i>Produção anual das UMFs</i>	<i>Área da UMF para Concessão Florestal</i>
Pequena	Até 5.000m ³	Até 10.000 ha
Média	Até 15.000m ³	Até 30.000 ha
Grande	Mais de 20.000 m ³	Até 49.000 ha

 **Ciclo de exploração 25 anos.**

Visando atender o art. 33, da LGFP, que determina “o direito de acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e médias empresas...”, cada lote de concessão lançado em editais decorrentes deste PAOF deverá contar com pelo menos duas das categorias citadas, uma obrigatoriamente de pequeno porte.

Considerando que este será o primeiro período de licitações para contratos de concessão no Estado, e que nestas primeiras licitações o número de unidades de manejo deva ser limitado, definiu-se que, ao final do prazo de vigência deste PAOF, em dezembro de 2017, nenhum concessionário individualmente ou em consórcio poderá concentrar mais de um contrato de concessão florestal.

6 Sistema de Monitoramento das Florestas Públicas Estaduais

Para garantir a efetividade da gestão das Florestas Estaduais e dos contratos de concessão a serem realizados, é necessário que haja o monitoramento das atividades e obrigações contratuais assumidas pelos concessionários.

As atividades de monitoramento das unidades de produção sustentável no Estado do Acre serão desenvolvidas em áreas sob Contrato de Concessão Florestal e/ou Gestão Direta. O monitoramento e fiscalização dessas áreas serão coordenados pela SEMA e IMAC e outros eventuais colaboradores.

Serão objetos de monitoramento nas Florestas Públicas Estaduais:

- A implementação dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis – PMFS;
- O cumprimento das cláusulas do Contrato de Concessão Florestal;
- O cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas vigentes no país;
- A ocorrência de eventuais conflitos socioambientais;

- Os impactos sociais, ambientais e econômicos que possam afetar a segurança pública, os recursos naturais e a defesa nacional;
- A ocorrência de atividades ilegais na área (desmatamento, queimada, retirada ilegal de recursos naturais, caça e pesca predatória);
- A manutenção da cobertura vegetal das Florestas Estaduais;
- Os indicadores socioambientais e econômicos das Florestas Públicas Estaduais; e,
- A dinâmica de crescimento florestal.

O monitoramento do cumprimento do contrato de concessão e outras regulamentações pertinentes serão conduzidos por meio da análise de documentação e visitas técnicas às UMFs realizadas periodicamente por técnicos da SEMA e de funcionários terceirizados contratados para esse fim.

Complementarmente, será implementado um sistema de auditorias independentes (previsto na LGFP), que avaliará não só os empreendimentos florestais, mas, também, as suas obrigações econômicas, sociais e ambientais, assumidas de acordo com o PMFS e o contrato de concessão.

Esse sistema independente também avaliará indiretamente a eficiência de controle dos órgãos de gestão e fiscalização. Todas as informações geradas pelos sistemas de monitoramento serão disponibilizadas através de relatórios de gestão anual.

7. Atividades e Recursos Previstos para 2017

7.1. Ações e recursos previstos para o período de vigência do PAOF 2017

Em âmbito estadual é de competência da SEMA administrar direta e indiretamente as florestas públicas estaduais, bem como propor e definir o PAOF. É de competência dos órgãos públicos estaduais executar as ações de monitoramento, fiscalização e controle, com vistas à proteção e preservação das florestas públicas, bem como a fiscalização do contrato de concessão florestal.

A SEMA dispõe de recursos técnicos e financeiros para a implementação das principais ações de gestão de florestas públicas e atividades correlatas, previstas para o período de vigência deste PAOF. No total estão disponíveis R\$ 11.795.174,02 (Tabela 13) para atividades da concessão florestal e correlatas, conforme recursos previstos no Programa de Gestão Florestal do Plano Plurianual 2016/2019.

Tabela 13. Ações e estimativa de recursos financeiros para 2017/2018

Atividades	Orçamento Estimado
Gestão Direta	
Implantação de Planos de Manejo das Florestas Estaduais	R\$ 1.014.798,95
Certificação Florestal	R\$ 644,322,00
Manejo Florestal Comunitário	
Elaboração de PMFS e POA	R\$ 4.267.947,85
Capacitações e Assessoria as organizações comunitárias	R\$ 3.383.982,05
Realização de Treinamentos em Manejo Florestal para técnicos e comunidade	R\$ 562.360,00
Cadastro Estadual de Florestas Públicas	
Elaboração e implantação do Cadastro Estadual de Florestas Públicas	R\$ 240.822,40
Concessão Florestal	
Elaboração de PAOFs	R\$ 110.266,67
Elaboração de Estudos Básicos para Editais de Concessão Florestal	R\$ 1.057.735,77
Elaboração e implantação de Lei de Gestão Florestal Estadual	R\$ 366.085,33
Revisão da Lei Estadual de Florestas	R\$ 92.624,00
Monitoramento e Fiscalização de Florestas Públicas	
Implantação de Sistema de Monitoramento da Concessão Florestal	R\$ 698.551,00

Além dessas atividades a serem desenvolvidas de modo mais direto, a SEMA colocará à disposição toda a equipe técnica do Diretoria Executiva de Floresta para executar as políticas e ações que lhe são pertinentes.

8. Referências Bibliográficas

ACRE. **Decreto Estadual nº. 13.321, de 01 de dezembro de 2005.** Altera e acresce dispositivos ao Decreto 046 de 07 de fevereiro de 1997, que cria a Floresta Estadual do Antimary. ACRE.

ACRE. **Decreto Estadual nº. 046, de 07 de fevereiro de 1997.** Cria a Floresta Estadual do Antimary.

ACRE. **Lei Estadual nº. 1.426/01.** Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências.

ACRE. **Lei Estadual nº1.382/01.** Dispõe sobre as terras públicas do Estado do Acre e dá outras providências.

ACRE. **Lei Estadual nº1.787/06.** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, a outorgar sob condições resolutiva, concessão de direito real de uso nas Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária.

ACRE. **Resolução conjunta do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia/Conselho Florestal Estadual (CEMACT/CFE) nº. 003 de 12 de agosto de 2008.** Disciplina o licenciamento, monitoramento e a fiscalização das áreas objeto de manejo florestal no Estado do Acre. Rio Branco-AC: 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE FLORESTA (SEF). **Plano anual de outorga florestal 2009.** Rio Branco, AC, 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.284 de 2 de março de 2006.** Dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 6.063, de 20 de março de 2007.** Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº. 11.284, de 2 de março de 2006.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art.225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Governo do Estado do Acre. **Plano Plurianual 2016/2019 – Governo e Economia Sustentável**. Rio Branco, Acre, 2015.

Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Documento Síntese – Fase II. Rio Branco: SEMA, 2007.

IDEFLOR. **Plano Anual de Outorga do Pará**. Belém, PA, 2012.

SEDENS. **Diagnóstico socioeconômico da Floresta Estadual do Antimary**. Rio Branco: AC, 2012.

SEDENS. **Diagnóstico socioeconômico do Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório**. Rio Branco: AC, 2013.

SEDENS. **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Antimary**. Rio Branco: AC, 2012.

SEDENS. **Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS da Floresta Estadual do Antimary**. Rio Branco: SEDENS, 2012.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Florestas do Brasil em resumo - 2010: dados de 2005-2010**. Brasília: SFB, 2010.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Plano anual de outorga florestal 2011**. Brasília, DF, 2011.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Plano anual de outorga florestal 2012**. Brasília, DF, 2012.